

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2007.** -----
----- **ACTA NÚMERO TRINTA E DOIS** -----

----- No dia 19 de Junho de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Senhor Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia Barreiros Lamy, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes,

Maria Teresa Cruz de Almeida, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Carlos Alberto Rebelo Costa, João Maria Martins Baioneto, Manuel Fernando Dias de Almeida, Rosa Maria Carvalho da Silva, Vasco Morgado Júnior, José Marcelino Carvalho, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Paulo Nuno dos Santos Pires Ferreira, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Diogo Santos Moura, João Vitorino Silva, Nuno Miguel Cayola Bonneville, Sílvia Mota Lopes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Fernando Manuel Catarino Narciso, António da Conceição Tavares. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, sendo substituída na presidência da Mesa pelo Senhor Primeiro Secretário e no Plenário pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por dois dias, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Pedro Portugal Gaspar (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Narciso. -----

----- José Luís Português Borges da Silva, José Manuel Cal Gonçalves, João Martins Vieira, Gonçalo Melo Saluce Sampaio, todos Deputados Municipais suplentes do PSD, comunicaram não poderem estar presentes nesta reunião. -----

----- José Maria Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Miguel Bonneville. -----

----- José Rui Roque (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Carlos Oliveira Andrade, Carlos Manuel Melo Barroso, Nuno Maria Simões Serra Cayolla Bonneville, João Alberto Jesus Oliveira, Alexandre Sousa Jesus, João

Freitas do Amaral Lobo Machado, Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho, António Correia Alemão, Nuno Maria Bonneville Van Uden e João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, todos Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, comunicaram não poderem estar presentes nesta reunião. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Filipe Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----

----- João Nuno Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----

----- João Miguel Mesquita (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São José, por Vasco Morgado Júnior. -----

----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Francisco Maia (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel, por Paulo Pires Ferreira. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Luís Filipe da Silva Monteiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, relativamente à reunião realizada no dia 22 de Maio passado. -----

----- Armando Dias Estácio (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, relativamente à reunião realizada no dia 22 de Maio passado. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** deu início aos trabalhos, declarando aberto o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Sra. D. Maria Vilar Guerreiro Diógenes**, moradora na Rua Rafael Duque, n.º 17 – 5º C, 1500-249 Lisboa, começou por cumprimentar a Mesa e todas as Deputadas e Deputados Municipais, acrescentando que desejava deixar um beijinho muito especial para as companheiras e companheiros que consigo, de 1982 a 1993, estiveram na Assembleia Municipal quando também fizera parte deste órgão como Presidente de Junta, porque souberam, apesar das diferenças, encontrar sempre consensos para aprovar matérias muito importantes para as freguesias e para a cidade.-----

----- Depois, disse que, como Presidente da Assembleia de Freguesia de Carnide, desejava referir que foi constituído um Grupo de Trabalho, no âmbito da Assembleia de Freguesia, onde estavam representadas todas as forças políticas, nomeadamente estavam presentes duas eleitas, uma do PSD e outra do PS, tinha também a participação do eleito do BE em Carnide e alargaram a composição a dois residentes de Carnide que eram Deputados Municipais, concretamente Duarte Mata, do BE, e Rui Roque, do CDS-PP, e em nome desse Grupo de Trabalho queria referir que a

Assembleia tinha em mãos uma Recomendação que daqui a pouco iam apreciar e votar, que esperava fosse aprovada, como tinha também em mãos um memorando de reflexão e de trabalho. -----

----- Portanto vinha reforçar que os Deputados Municipais aprovassem a Recomendação, porque o Grupo de Trabalho teve já no dia 12 de Abril passado uma reunião com os serviços da Câmara onde apresentaram estas suas vontades de alterar os aspectos culturais da Feira da Luz. A Junta de Freguesia mantivera ao longo de muitos anos as actividades culturais durante o mês de Setembro, da sua responsabilidade financeira, e no ano passado não foi ainda possível reformular a Feira apesar de haver vontade política para isso. -----

----- Mas deixava alguns aspectos negativos que aconteceram no ano passado. Por exemplo, uma tradição religiosa que acontecia no último domingo de Setembro, a procissão da Senhora da Luz, pela desorganização da Feira não foi possível dar a volta como era hábito em anos anteriores. -----

----- Por outro lado, no recinto da Feira funcionavam estabelecimentos escolares, dois teatros, um deles o Teatro da Luz que durante o mês de Setembro não conseguia abrir as suas portas devido a contentores que tinha à porta, feirantes de etnia cigana arrumados nas paredes da igreja e do teatro e era completamente impossível que ele funcionasse. -----

----- Este ano, apesar de terem reafirmado a vontade de contribuir com a Junta, com as instituições da freguesia e com os moradores para alterar a Feira da Luz, foram surpreendidos com um edital para um concurso para três anos. Esse concurso acabava amanhã, pelo que pedia que dessem uma ajuda para que esse processo fosse travado. O Executivo municipal que viesse a tomar posse depois de 15 de Julho iria ficar amarrado a esse concurso para três anos, quando este ano nem o espaço da Junta de Freguesia para pôr um palco para actividades culturais e recreativas, nem esse espaço foi salvaguardado. -----

----- Terminou a intervenção pedindo, mais uma vez, que votassem favoravelmente a Recomendação. -----

----- **O Sr. Vítor Manuel Barradas Branco**, morador na Rua dos Douradores, n.º 21 – 2º esqº, 1100-203 Lisboa, disse que sendo nascido e criado em Lisboa e nos últimos 34 anos morador na Baixa, aceitara o convite da CDU, mesmo não sendo militante de qualquer força partidária, para na sua lista se candidatar à Assembleia de Freguesia de São Nicolau, da qual é vogal. E aceitara convicto que o conhecimento que tinha da freguesia poderia melhorar e defender os que ainda lá viviam ou lá trabalhavam. -----

----- Nesse sentido, como a união faz a força, unira-se ao vogal do PSD e tentaram que se realizasse um arraial popular na Praça do Comércio para que aquela zona da cidade tivesse mais pessoas durante um certo período das Festas da Cidade. -----

----- Ao apresentar essa pretensão ao Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, fizeram-no referindo que as mais-valias financeiras reverteriam para duas instituições da freguesia: o Grémio Lisbonense e a Academia de Recreio Artístico, mas foi-lhes dito pelo Sr. Presidente da Junta, com veemência, que essa proposta não poderia ser aprovada. Ou seja, que não poderiam fazer o arraial na Praça do Comércio por razões

que, quer ele quer o vogal do PSD, não concordaram, e uma dessas razões foi que a Praça do Comércio era um monumento histórico e não se poderiam lá realizar tais actividades. -----

----- Disse que acataram democraticamente essa decisão, apesar de não concordarem com ela, até porque o Sr. Presidente da Junta disse que só se realizaria esse arraial por cima do cadáver dele, e como não queriam mal ao Sr. Presidente não avançaram com a proposta. -----

----- Portanto, seguindo a velha máxima de que a união faz a força, juntaram-se a uma associação prestigiada da cidade, presidida por um respeitável causídico, que por acaso era militante do PSD, para a tentativa de se realizar esse arraial no referido espaço. Enviaram aos serviços camarários um pedido por escrito, em nome da associação, no dia 7 de Abril, sendo que a resposta, datada de 24 de Abril, indeferia o pedido sem qualquer alegação, acrescentando, no entanto, que sugeririam a posteriori outro local alternativo, o que nunca acontecera. -----

----- Mas para grande espanto, viram uma notícia no jornal Público, do dia 8 de Junho, que a Praça do Comércio iria ter um Arraial Praid. Fosse isso aquilo que fosse, enquanto autarca, e sobretudo lisboeta, sentia-se indignado e discriminado. -----

----- Contactado o Presidente da Junta, foi por ele novamente dito que o arraial na Praça do Comércio só por cima do seu cadáver, pelo que lhe competia agora o doloroso dever de participar à Assembleia Municipal que o Sr. Presidente da Junta “faleceu” porque alguém passara por cima do cadáver dele. -----

----- Por fim, disse que ao abrigo do artigo 69º, ponto 4, solicitava à Mesa da Assembleia Municipal o cabal esclarecimento deste assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que se interrogava como era que o orador anterior, que saudava e respeitava enquanto município de Lisboa mas sobretudo enquanto autarca, em que medida poderia utilizar, ainda que entre aspas, uma expressão tão infeliz como aquela que utilizara em relação a uma pessoa concreta que estava ali presente, sobretudo estando este mandato da Assembleia Municipal tragicamente marcado pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia da Pena. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que não tinha poder para censurar as intervenções do público, mas entendera, benevolmente, que o município não quisera ofender o Sr. Presidente de Junta. Talvez tivesse sido uma linguagem menos feliz, mas de modo algum quisera ofender o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- **O Sr. Aires Manuel Frutuoso dos Santos Fonseca**, morador na Rua Jau – Escola de Santo Amaro, 1300 Lisboa, disse que era com muito desagrado que, como Presidente da Associação de Pais da Escola Básica do 1º Ciclo, de Santo Amaro, acompanhado por todos os monitores do CAF ali presentes, se dirigia à Assembleia Municipal com o intuito de maia uma vez apelar à compreensão para os pagamentos das tranches em atraso desde Janeiro, protocoladas entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Pais, no âmbito do Complemento de Apoio à Família. -----

----- Como certamente calculavam, essa situação tornara-se insustentável pois afectava, e muito, os monitores e os seus respectivos familiares, que embora sem os

seus ordenados continuavam a laborar normalmente comparecendo nos seus locais de trabalho. -----

----- Disse que esperavam a melhor compreensão e o esforço de todos por forma a tentar ultrapassar esta situação e minimizar as consequências que, a continuar esta situação, daí pudessem advir. Portanto, agradeciam que o mais breve possível lhes fosse dada uma data exacta para a solução do problema. -----

----- Concluiu lembrando que na Freguesia de Alcântara havia mais uma escola nesta situação, concretamente a Escola Raul Lino, n.º 157. -----

----- **A Sra. D. Maria Adelaide de Araújo Nunes Coutinho de Castro**, moradora na Av. da República, n.º 62-9º esqº 1050-197 Lisboa, começou por dizer: “sei que esta hora é imensamente ingrata, vejo imensa gente a dormir na Sala, como é costume nestas ocasiões, mas realmente pedia a vossa atenção, sem querer ser desagradável

----- **O Senhor Presidente em exercício**, interrompendo, disse que não competia aos munícipes fazer esse tipo de observações e alertou que estava a entrar num limite em que lhe teria que retirar a palavra. Ou pedia desculpa, ou retirava-lhe a palavra. -----

----- **A munícipe**, disse: “se me derem oportunidade!” Depois, prosseguindo, disse: “eu não estava a dizer isto no sentido de ofender ninguém, não tenho nenhum gravador comigo portanto nem sequer vou utilizar isto para outros fins. Peço desculpa, se se sentiram ofendidos não era essa a minha intenção. Pronto, posso então continuar?” -----

---- Seguiu-se alguma efervescência na Sala a que o **Senhor Presidente em exercício** pôs cobro dizendo: “Com o pedido de desculpas da munícipe, espero que estas questões não se repitam, pedia alguma condescendência ...” -----

----- **A munícipe** disse: “não é uma questão de condescendência, é uma questão de falta de democracia, já se vê.” -----

----- Depois, quando ia a entrar na sua intervenção, disse: “Eu não tenho culpa nenhuma que tenha havido uma intervenção antes de que não gostaram, e não vou também comentá-la ...” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, disse que lhe ia retirar a palavra, não podia entrar em comentários, se tivesse algum documento e o quisesse deixar podia fazê-lo. -

----- **A munícipe** disse: “não tenho documento nenhum, eu quero falar, desculpem mas eu desloquei-me aqui de propósito ... “ -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse: “desculpe mas não pode falar”. -----

----- De seguida, terminado que estava o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 24, 25, 26 e 27.** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** pôs em apreciação as referidas actas, mas como ninguém desejou pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar a acta n.º 24, por unanimidade. -----

----- Aprovar a acta n.º 25, por unanimidade. -----

----- Aprovar a acta n.º 26, por unanimidade. -----

----- Aprovar a acta n.º 27, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas sete moções e duas recomendações, sendo que relativamente à Moção n.º 4, apresentada pelo PS, estava agora a ser distribuída uma nova versão. A Moção n.º 3 iria ser votada ponto por ponto, e a Moção n.º 6 tinha também alterações na parte deliberativa, das quais na altura daria nota. -----

MOCÃO NÚMERO UM

----- “A Lei das Finanças Locais que se encontra em vigor é altamente penalizadora para Lisboa. -----

----- O Orçamento de Estado para 2007 encontra-se eivado de erros grosseiros e de incorrecções que prejudicam os financiamentos à Cidade em milhares de euros. ----

----- A regulamentação das verbas do novo Casino de Lisboa encontra-se por realizar, o que impede o financiamento de importantes projectos na Cidade. -----

----- A Administração do Porto de Lisboa não tem respeitado os interesses da Cidade e dos seus Municípios, nem a necessária e permanente articulação com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia. -----

----- O Município de Lisboa não tem recebido qualquer informação no que respeita à política governativa de alienação de património na Cidade. -----

----- A Festa da Música, actividade cultural de grande alcance e dimensão, com um efeito multiplicador junto dos Municípios, deixou de ser realizar, por decisão da administração do CCB, fundamentada em critérios economicistas que ficaram por demonstrar. -----

----- A sensibilização para a segurança rodoviária, tema essencial também para uma cidade como Lisboa, foi objecto de desinvestimento assinalável. -----

----- A Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) encontra-se suspensa há quase dois anos, o que tem efeitos muito negativos para a mobilidade e para a qualidade de vida em Lisboa, seja para os cidadãos, seja para o desenvolvimento das actividades económicas. -----

----- A localização do novo Aeroporto de Lisboa na Ota, à revelia da grande maioria dos estudos e das opiniões técnicas, é altamente lesiva dos interesses de Lisboa, em termos internacionais, e não salvaguarda o interesse nacional. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 19 de Junho de 2007, delibera:

----- a) Manifestar a unidade deste órgão autárquico em tomo de decisões que, nestes como noutros temas, salvaguardem e defendam os interesses da Cidade de Lisboa. -----

----- b) Apelar ao futuro Executivo municipal que dê prioridade à resolução destas questões que vêm colocando em causa a Cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO DOIS

----- “Recentemente, o Director-Geral do Turismo de Lisboa, Vítor Costa, ex-vereador da Câmara Municipal de Lisboa, na coligação PS/PCP, afirmou, em artigo que se anexa à presente Moção, e no contexto da polémica campanha do Governo sobre o

ALLGARVE, “... venham de lá 3 milhões extra que nós não nos importamos de assinar LLISBOA!”.

----- Esta afirmação é de uma gravidade extrema, ainda para mais dita por um dos mais altos responsáveis pelo Turismo no Município de Lisboa. -----

----- Gravidade extrema porque admite vender o nome de Lisboa! -----

----- Gravidade extrema porque presume que essa é uma vontade colectiva da Cidade, dos Lisboetas e dos órgãos autárquicos! -----

----- Gravidade extrema porque não percebe que a identidade de uma Cidade não se vende, e essa identidade está, também, no respectivo nome! -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 19 de Junho de 2007, delibera: --

----- a) Afirmar que, em nenhuma circunstância, aceitará alterações ao nome da cidade de Lisboa. -----

----- b) Repudiar a afirmação do Director-Geral do Turismo de Lisboa, Vítor Costa, e rejeitar a ideia de que Lisboa está à venda. -----

----- c) Exigir, da parte da Câmara Municipal de Lisboa e do Director-Geral do Turismo de Lisboa, esclarecimentos cabais sobre o sentido destas afirmações. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- **“CONTRA O ENCERRAMENTO DE SECÇÕES DO TRIBUNAL DE TRABALHO DE LISBOA** -----

----- O Grupo Municipal do PCP vem chamar a atenção de todas e de todos os cidadãos, em particular os de Lisboa, para uma medida de desactivação do Tribunal de Trabalho de Lisboa que, a concretizar-se, terá efeitos muito negativos no aumento da duração de processos na degradação da qualidade de um serviço que é caro para muitos dos portugueses e inacessível à maioria dos trabalhadores, tendo em conta o elevado custo das taxas de justiça e um sistema de apoio judiciário muito precário. ----

----- Com esta medida a que o Governo chamou PROGRAMA DE MEDIDAS URGENTES PARA A MELHORIA DA RESPOSTA JUDICIAL, decidiu extinguir 5 secções de outros tantos Juízos no Tribunal de Trabalho de Lisboa. -----

----- Trata-se de uma situação inaceitável, tanto mais que ligado a uma causa de trabalho está, por norma, um problema humano. Trata-se, muitas vezes, de sobrevivência económica da ou do trabalhador e do seu agregado familiar, que justifica decisões céleres e não o seu arrastamento no tempo, como indica a posição defendida pelo Governo -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 19 de Junho de 2007, decida: -----

----- - Afirmar a necessidade da valorização da Justiça, dando especial atenção aos problemas relacionados com a Justiça no Trabalho: -----

----- - Solidarizar-se com a luta das e dos trabalhadores e das populações de Lisboa contra a desactivação de 5 secções de outros tantos Juízos no Tribunal de Trabalho de Lisboa; -----

----- - Enviar esta moção à Câmara Municipal de Lisboa, à União de Sindicatos de Lisboa, ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa e aos Órgãos de

Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Assunto: Gestão Irresponsável -----

----- A poucos dias da realização das eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa, a cidade tem sido confrontada com diversas informações respeitantes à situação financeira do município. -----

----- À mera constatação do monstruoso acumular da dívida municipal – a dívida a terceiros em 2001 era de cerca de 62,7 milhões de euros, em 2006 passou para 503,6 milhões de euros, a dívida a fornecedores em 2001 era de 59 milhões de euros, em 2006 subiu para cerca de 471,5 milhões de euros – tem-se recentemente adquirido a percepção de que a consequência desta situação se reflecte numa acentuada paralisação dos serviços municipais, na paralisação das empreitadas em curso e na paralisação de alguns serviços internos da própria máquina municipal. -----

----- Como consequência, a cidade perdeu qualidade de vida, o espaço público ou não é recuperado, ou as poucas iniciativas que estavam em curso paralisaram por ausência de pagamentos - sendo um dos casos paradigmáticos desta situação a recuperação do jardim do Largo de S. Pedro de Alcântara - e, igualmente grave, a própria economia de Lisboa sofre as respectivas consequências: unia autarquia que não paga aos seus fornecedores, que não honra os seus compromissos com as diversas entidades privadas com quem contratou serviços, naturalmente faz perigar a viabilidade dessas mesmas entidades. -----

----- Não é por acaso que estaremos confrontados, a curto prazo, com a necessidade de termos de tomar medidas que garantam o funcionamento de equipamentos essenciais para a cidade e para os seus cidadãos. -----

----- Já por diversas vezes, o PS/Lisboa, foi exigindo ao anterior Presidente da Câmara Municipal, Eng. Carmona Rodrigues, e à sua vereação, que fossem tomadas as medidas necessárias para travar o avolumar da dívida e permitir desse modo, um normal funcionamento da autarquia. -----

----- Infelizmente para a cidade, o Eng. Carmona Rodrigues, e o PSD que então o apoiava, foram negando uma evidência, que presentemente é por todos reconhecida: a Câmara municipal de Lisboa está sem liquidez financeira, já não garante as suas despesas de funcionamento, e só pôde honrar os seus compromissos salariais através de um empréstimo que se teve de aprovar, com urgência, na última sessão desta Assembleia Municipal. -----

----- O Eng. Carmona Rodrigues, como primeiro decisor e igualmente como responsável pela equipe que escolheu para dirigir a autarquia é, naturalmente, o principal responsável por esta gravíssima situação, de paralisia de serviços fundamentais, como por exemplo a higiene urbana, o canil municipal e, se não se tomarem urgentes medidas, mais os cemitérios. -----

----- O PSD, que governou Lisboa em conjunto com Carmona Rodrigues, que só tardiamente conheceu – e foi necessário a intervenção do seu líder nacional – a ser

prejudicial a manutenção do actual estado de coisas, é igualmente responsável pelo descalabro a que Lisboa chegou. -----

----- Perante esta situação, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1º - Responsabilizar o ex-Presidente da Câmara Municipal, Eng. Carmona Rodrigues, pela gestão irresponsável como exerceu o seu mandato, em particular, as finanças municipais.-----

----- 2º - Responsabilizar o PSD, pela sua participação nesta gestão desastrosa do município e pelo factor de instabilidade que representou no quadro da coligação que manteve com o CDS/PP.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA -----

----- “1. Considerando que o Instituto Português de Oncologia de Lisboa é um importante Hospital de Referência no Serviço Nacional de Saúde Português, prestando cuidados a doentes oncológicos das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. -----

----- 2. Atendendo à importância deste serviço na prestação de cuidados de saúde a pessoas que se encontram numa situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social, dada a natureza da doença oncológica. -----

----- 3. Tendo em conta que as instalações do IPO, construídas há dezenas de anos, são manifestamente desadequadas às características actuais da actividade oncológica. -

----- 4. Considerando que o forte peso dos tratamentos em regime ambulatorio e que a actividade oncológica presentemente implica uma intervenção mais intensiva e a multiplicação de deslocações dos doentes. -----

----- 5. Considerando que a questão das acessibilidades é um critério fundamental na procura de soluções que permitam ultrapassar o actual impasse relativamente ao futuro do IPO e que não representem uma degradação da prestação dos cuidados de saúde nem da qualidade de vida dos doentes oncológicos. -----

----- 6. Considerando a preocupação com o facto dos anteriores executivos camarários se terem demonstrado incapazes de encontrar soluções alternativas à saída do IPO do concelho de Lisboa, para localizações de menor centralidade e com menos acessibilidades. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão ordinária do dia 19 de Junho de 2007, delibere: -----

----- 1. Reconhecer a importância de que a Autarquia de Lisboa se constitua parte activa na busca de alternativas que permitam garantir ao IPO instalações adequadas às necessidades actuais quer dos profissionais de saúde, quer dos utentes que dele dependem. -----

----- 2. Recomendar ao futuro executivo municipal que analise e proponha alternativas de localização do IPO na cidade de Lisboa, prevendo a possibilidade de permuta de terrenos com a área e a localização adequadas ao funcionamento de um Hospital de Referência que cobre as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. -----

----- 3. Dar conhecimento das deliberações tomadas ao Conselho de Administração do IPO, ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Primeiro-Ministro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Aeroporto Internacional de Lisboa -----

----- “1 - Considerando que o Governo alterou a sua posição de considerar como encerrado o processo de decisão para escolha da localização do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa; -----

----- 2 - Considerando que o Governo tornou pública a sua decisão de “mandatar o LNEC para fazer um relatório que proceda a uma análise técnica comparativa entre a Ota e o Campo de Tiro de Alcochete” como localizações para o referido Aeroporto Internacional de Lisboa; -----

----- 3 - Considerando que há toda a vantagem em que a análise técnica comparativa que vai ser efectuada entre as diferentes localizações possíveis para o futuro Aeroporto Internacional de Lisboa não fique restringida apenas às localizações Ota e Campo de Tiro de Alcochete mas que, pelo contrário, seja alargada às localizações que têm vindo a ser apontadas por especialistas e diferentes sectores da sociedade civil; -----

----- 4 - Considerando que a Reunião de Representantes da Assembleia Municipal de Lisboa já tinha tomado a decisão de efectuar um debate alargado, com o apoio de painéis de especialistas, para estudar a problemática do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa em todas as suas dimensões; -----

----- 5 - Considerando que a cidade de Lisboa e as suas instituições políticas municipais têm que ter uma posição activa e não podem nem devem ficar à margem do grande debate que é indispensável travar sobre a problemática do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa, face à importância estratégica que tal infra-estrutura tem para o desenvolvimento e a afirmação internacional da cidade; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 19 de Junho de 2007, decida: -----

----- a) Reclamar que a análise técnica comparativa de diferentes localizações susceptíveis de serem adoptadas para o Aeroporto Internacional de Lisboa não se limite às opções Ota e Campo de Tiro de Alcochete, mas que compreenda as diferentes opções que têm vindo a ser apontadas por especialistas e diferentes sectores da sociedade civil, designadamente as do Rio Frio, as do Poceirão, a Portela+1 e a Portela com a inclusão de Figo Maduro; -----

----- b) Reiterar a necessidade e o interesse da realização do já referido debate de estudo e análise da problemática do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa, como primeiro passo para a indispensável tomada de posição da Assembleia Municipal de Lisboa sobre tão importante tema; -----

----- c) Enviar o texto desta Moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares, aos Senhores Primeiro-Ministro e Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao LNEC.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- **RENOVAR A FEIRA DA LUZ** -----

----- “1. Considerando a enorme tradição da Feira da Luz em Lisboa, com vários Séculos de implantação na Freguesia de Carnide, -----

----- 2. Considerando a Feira da Luz um marco cultural e histórico na Cidade de Lisboa, anteriormente celebração das relações do Homem com o espaço rural existentes em Carnide, um povoado então nos arredores de Lisboa, -----

----- 3. Tendo em conta, porém, que a Freguesia de Carnide sofreu profundas alterações nos últimos 40 anos, que lhe alteraram quase totalmente o carácter rural que tinha, sendo hoje um espaço predominantemente urbano, -----

----- 4. Sabendo que o local onde se realizava a Feira da Luz é um Jardim – Jardim da Luz – actualmente inserido num tecido edificado de forte densidade populacional, ficando semi-destruído após cada evento anual, -----

----- 5. Tendo em conta que, à crescente e dramática descaracterização do carácter da Feira da Luz ao longo dos tempos, assumida por unanimidade num documento estratégico conjunto elaborado por todas as forças políticas da freguesia e com representantes da Assembleia Municipal, se associa as alterações do tecido urbano onde a mesma se insere, significando variados conflitos com as populações (excesso de duração da feira – 1 mês inteiro –, incapacidade do local acolher dignamente o evento, conflitos com o equipamento “Jardim”, problemas crónicos de estacionamento, falta de interligação com os interesses e vontades dos moradores de Carnide, descaracterização total do objecto tradicional da feira, relativo aos produtos vendidos, inexistência de oferta cultural associada, entre outros), -----

----- 6. Assumindo que foi elaborado no último ano um profundo trabalho estratégico tendo por base um grupo de trabalho vocacionado para o efeito, participado com as populações locais e que envolveu até grande concordância de grande parte dos feirantes, e ainda a CML por diversas ocasiões, na pessoa do Vice-Presidente na época Dr. Fontão de Carvalho, na busca de soluções que visassem uma proposta de consenso, para uma grande melhoria da Feira da Luz, que a todos muito beneficiaria, -

----- 7. Tendo em conta que caberia à CML, no próximo lançamento do concurso tri-anual para licenciamento dos locais de feira, a incorporação de várias das propostas entretanto conseguidas, -----

----- 8. Assumindo a incredulidade de o concurso tri-anual ter sido lançado pelo anterior executivo da CML sem a incorporação de qualquer das melhorias propostas por todos os intervenientes. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão ordinária dia 19 de Junho de 2007, delibere: -----

----- 1. Saudar o empenho de todas as forças políticas da freguesia, moradores e feirantes envolvidos no processo de melhoria da Feira da Luz; -----

----- 2. Aprovar um voto de indignação pelo total desrespeito do anterior Executivo pelo esforço e participação de um alargado grupo de trabalho envolvendo todas as forças políticas representadas, populações e feirantes, na melhoria das condições da

Feira da Luz; -----
----- 3. Perante o actual calendário em curso, solicitar à Comissão Administrativa a alteração do concurso em vigor de tri-anual para anual, procurando permitir, sempre que possível e já este ano, a incorporação do maior número de medidas previstas no referido documento de consenso.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “Considerando a necessidade da revisão do actual cenário da Feira da Luz; -----

----- Considerando o dever de se promover, no mais curto espaço de tempo, alterações na distribuição da localização e tipo de vendas actualmente em vigor, reduzindo bancas em excesso e introduzindo outras mais tradicionais da Feira da Luz; -----

----- Considerando que a Feira da luz, nos actuais moldes, não traz receitas para a Junta de Freguesia de Carnide, sendo que a Câmara Municipal de Lisboa arrecada as receitas mas não introduz actividades culturais, tendo desde sempre cabido a mesma à Junta de Freguesia de Carnide, nomeadamente através do programa Olhar Carnide em Setembro: -----

----- Considerando que os Carnidenses, nos moldes actuais da Feira, não têm participação na venda de produtos; -----

----- Considerando a necessidade de combater a degradação estética que as estruturas utilizadas nas bancas de venda; -----

----- Considerando, por outro lado, que há uma longa tradição de venda na Feira da Luz, servindo de sustento a muitas famílias; -----

----- Considerando que a existência da Feira da Luz, mais moderna, será benéfica para a Freguesia de Carnide; -----

----- Considerando a existência de um Grupo de Trabalho constituído por todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia de Carnide e com Deputados Municipais residentes em Carnide e um documento de trabalho aprovado por unanimidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 19 de Junho de 2007 recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Respeite as propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho e que foram aprovadas por unanimidade; -----

----- 2. Envolve, sempre, a Junta de Freguesia de Carnide, na planificação e organização da Feira da Luz; -----

----- 3. Cancele o concurso de atribuição de lugares que está a decorrer por este não respeitar os princípios inscritos no documento de reflexão e por não acautelarem os interesses da Freguesia e da Cidade; -----

----- 4. Saudar o empenho de todas as forças políticas da freguesia, moradores e feirantes envolvidos no processo de melhoria da Feira da Luz.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Considerando que muitas das entidades que desenvolvem os programas de Actividades de Apoio à Família, nas Escolas do 1º Ciclo estão numa situação crítica,

por via do sistemático atraso das transferências de verbas protocoladas com a CML, que afecta também as Juntas de Freguesia; -----

----- Considerando que se tratam, na maior parte dos casos, de pequenas associações e IPSS, sem estrutura financeira para fazer face a estas despesas, o que gera situações de atrasos nos pagamentos dos salários dos monitores e graves problemas de funcionamento nas actividades, com os consequentes transtornos para as famílias; -----

----- Considerando que não há razão para que as verbas aprovadas pela Proposta CM199-H/2007 ainda não tenham sido efectivamente transferidas para as instituições; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 19 de Junho de 2007, delibera recomendar à Comissão Administrativa Municipal que proceda de imediato à transferência das verbas aprovadas pela Proposta CM199-H/2007.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP) -----

----- **O Deputado Municipal António Manuel (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, no uso da palavra para defesa da honra relativamente à intervenção do município Sr. Vítor Manuel Barradas Branco, disse que o aludido município, vogal da CDU na Assembleia de Freguesia de São Nicolau, veio ali manifestar-se contra um entendimento da Junta de Freguesia – da Junta de Freguesia, sublinhou – relativamente às actividades a realizar no Terreiro do Paço, cuja gestão, como sabiam, competia à Câmara e compete agora à Comissão Administrativa. À Junta de Freguesia não era pedido que se pronunciasse sobre cada uma das actividades que lá decorria, pelo que a não autorização do Terreiro do Paço para a realização de arraiais, no ano passado e também este ano, pensava que estava de acordo com o entendimento da Junta de Freguesia. -----

----- Disse que os termos que o município ali proferira eram de tal forma lamentáveis que teriam que ter, se calhar, um outro local para ele os provar. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD entendera, no momento em que muita coisa se dizia sobre os dois anos passados do mandato iniciado em 2005, lançar numa Moção um pequeno retrato daquilo que eram situações objectivas que, por acção ou omissão, contaminavam a Cidade de Lisboa. Eram acções e omissões que tinham como único responsável o Governo da República, e que, como tal, não podiam deixar de considerar que quem permitira que essas acções e omissões existissem foi o candidato do PS, que até à bem pouco tempo atrás era o número dois do Governo e braço direito do Primeiro-Ministro. -----

----- E era tempo destas coisas serem ditas para que a própria campanha se pudesse situar e fazer-se com todo o sentido e com toda a verdade. -----

----- Falavam da Lei das Finanças Locais que, como todos sabiam, foi pela grande maioria das forças políticas verberada por aquilo que penalizava a Cidade de Lisboa em termos objectivos. -----

----- Falavam daquilo que foi o Orçamento de Estado, uma verdadeira trapalhada de erros grosseiros que estavam detectados, que estavam assumidos pelo Governo, mas que o Governo teimosamente insistia em não corrigir lesando Lisboa em milhões de euros. -----

----- Mas era curioso que, perante essa situação de estrangulamento financeiro da Cidade de Lisboa, viesse agora o candidato do PS propor uma situação milagrosa de um contrato-programa de saneamento financeiro da autarquia, junto do Governo. E o que era extraordinário é que quando tinha funções governativas, quando podia influenciar a decisão, não tivesse tido uma palavra a favor de Lisboa. Na altura não pensava ser candidato a Lisboa, mas se estivesse na política de forma tranquila e de forma politicamente séria, teria sabido, até porque foi autarca na Assembleia Municipal de Lisboa, que Lisboa não podia ser estrangulada financeiramente. -----

----- Falavam também do total desrespeito que se vinha verificando com alguns poderes fácticos na Cidade de Lisboa, como seja a Administração do Porto de Lisboa e as empresas de transportes públicos na cidade, porque aí também não tem havido da parte da tutela, que é o Governo da República, qualquer interesse em fazer esses poderes fácticos na Cidade de Lisboa orientarem-se de acordo com os interesses de Lisboa, coordenarem as suas actividades com a Câmara Municipal, respeitarem os municípios, respeitarem Lisboa. Viam isso com a Administração do Porto de Lisboa, viam isso com as obras do Metropolitano, viam isso com a situação extraordinária de alteração das carreiras por parte da Carris, portanto situações gravosas que não tiveram uma palavra de atenção do então número dois do Governo. -----

----- Falavam da política de alienação de imobiliário, por parte do Governo, na Cidade de Lisboa. A Câmara de Lisboa estava completamente cega porque não era informada pelo Governo daquilo que se pretendia fazer em áreas nobres da cidade. Também aí não havia qualquer atenção, qualquer preocupação em integrar o Executivo municipal, em integrar a cidade numa política de alienação de património imobiliário. -----

----- E também, porque envolvia alguém com responsabilidades, alguém que podia e queria porventura ter responsabilidades na candidatura, a situação incrível verificada com a Festa da Música, em que a Administração do Centro Cultural de Belém, presidida pelo Dr. Mega Ferreira, fora insensível a qualquer apelo de insuspeitos lisboetas para a manutenção dessa festa na Cidade de Lisboa, preferindo escudar-se em argumentos de natureza financeira que estavam por provar neste momento. -----

----- Falavam também do tema já recorrente na Assembleia Municipal, a Autoridade Metropolitana de Transportes, que estava há dois anos no congelador político do Governo, não tendo havido qualquer empenho, qualquer interesse do Governo em retirá-la desse congelador para que a mobilidade em Lisboa fosse mais fácil, para que a articulação entre modos de transporte fosse mais fácil, para que efectivamente fosse possível ter uma verdadeira política de mobilidade em Lisboa. O Governo prometia, os responsáveis políticos do PS na Assembleia Municipal de Lisboa prometiam também, mas, até ao momento, acções nenhuma. -----

----- E também a questão do próprio aeroporto da Ota, que seria objecto de intervenção particular neste Plenário. -----

----- Portanto, o PSD entendia que, a bem da verdade, seria importante que, entre outras, estas questões fossem ali colocadas, para que os responsáveis por essas acções e omissões, que eram o PS e o Governo, fossem confrontados com elas na Assembleia Municipal. -----

----- Continuando, disse que não podiam também deixar de ser indiferentes ao azar de terem tropeçado num artigo de opinião do Director-Geral de Turismo de Lisboa, ex-Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, pelo PCP, e hoje um destacadíssimo e mediático apoiante da candidatura do PS, o Dr. Vítor Costa, que num infeliz artigo de opinião, na revista Turismo de Lisboa, admitia que estaria disponível para vender o nome da cidade, juntando um “L”, por três milhões de euros. -----

----- Disse que não era aceitável que um responsável pelo Turismo de Lisboa fosse insensível à importância que tinha o nome de uma cidade para a sua identidade, ainda que por mero acidente da forma como escrevera, e fosse admissível que passasse impunemente por este processo, sem que se ouvisse pelo menos um esclarecimento, e era justamente isso que queriam saber. Ou seja, em que contexto e que sentido tinham aquelas afirmações do Director-Geral do Turismo, Dr. Vítor Costa. -----

----- E também quando se falava em gestão irresponsável, valia a pena dizer que em relatórios de empresas de auditoria insuspeitas, se concluía que havia obrigações assumidas pela Câmara que não se encontravam relevadas nas Contas de 2001, na gestão João Soares, PS-PCP. E que nessa altura – dito por essas empresas – a dívida a fornecedores seria 84,2 milhões de euros, a que acrescia, ainda, o facto de haver facturas enviadas pelos fornecedores que não estavam registadas na contabilidade da Câmara, haver valores de fornecimentos relativos a 2001 que só foram facturados em 2002, e haver lançamento de facturas em duplicado pela Câmara Municipal de Lisboa. Essa empresa de auditoria obtivera o passivo da gestão anterior à do PSD no montante de 587 milhões de euros, a que se juntassem as dívidas que vinham do mandato anterior e que só agora foram assumidas e reconhecidas pelo PSD, concretamente à SIMTEJO e à Parque Expo, tinham, da responsabilidade do Executivo PS-PCP um passivo de 787 milhões de euros, ou seja, quase 70% do passivo actual. -----

----- Isso também teria que ser dito e espalhado para que, mais uma vez, a verdade viesse ao de cima. Não era possível que o PS e o PCP continuassem ali a procurar passar impunes 12 anos de uma gestão que foi, como se provava, financeiramente danosa para a Cidade de Lisboa, que ainda hoje estava a pagar essa gestão danosa. ----

----- Sobre a Recomendação n.º 2, apresentada pelo PCP, que tinha a ver com o pagamento de determinado tipo de financiamentos às escolas, disse que, ao que sabia mas a Comissão Administrativa o diria, não era certo que fosse possível mobilizar toda a verba necessária para esse efeito, pelo que, depois de ouvir a Comissão Administrativa, teriam de ponderar o sentido da votação dessa Recomendação. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ia começar pelo fim, porque as últimas palavras do Deputado Municipal Saldanha Serra, quando candidamente lhes referia que não era certo que houvesse dinheiro para pagar uma verba que a Câmara recebera do Governo para um determinado fim porque essa verba já não existia, dizia tudo da gestão irresponsável do último Executivo municipal. Quase lhe fazia lembrar aquele velho anúncio: “palavras para quê?”. Foram com certeza artistas portugueses que fizeram isso também! -----

----- Disse, depois, que não valia a pena trazer à colação a questão financeira, como que tentando apagar com uma borracha os seis anos em que o PSD esteve à frente da

Câmara Municipal de Lisboa! Não valia a pena porque já ninguém acreditava no PSD! Isso era uma evidência. Portanto, quando ia por esse caminho, o PSD, inconscientemente, continuava a cavar a sua própria ruína eleitoral e a sua própria credibilidade. -----

----- Referiu que em 2001 a dívida de curto prazo a terceiros era de 62,7 milhões de euros, e em 2006 era de 503,6 milhões. Em 2001 a dívida a fornecedores era de 59 milhões de euros e em 2006 eram 471,5 milhões. Palavras para quê!? -----

----- Aliás, a “impotência” assumida candidamente pelo Deputado Municipal Saldanha Serra quando referia que tinham dúvidas na aprovação de uma coisa porque depois podia não haver dinheiro para pagar, lembrava-lhe, mais uma vez, que foi dinheiro que a gestão recebera para um determinado fim. Isso dizia tudo sobre a matéria. -----

----- No entanto, o PS iria votar a favor dessa Recomendação, naturalmente tendo consciência que, provavelmente, a Comissão Administrativa não poderia cumpri-la porque a gestão Carmona Rodrigues/PSD foi completamente irresponsável em matéria financeira e não honrara os seus compromissos. -----

----- Portanto, iriam votar simbolicamente, mas aproveitava para pedir, saudando a Sra. Presidente da Comissão Administrativa, que conseguia estar ali presente em representação da Câmara mais vezes que o anterior Presidente da Câmara, também escolhido pelo PSD, que informasse sobre a situação financeira e se podia ou não cumprir com essa Recomendação. -----

----- Continuando, disse que já estavam habituados às diatribes do costume contra o Governo do PS. Entendiam que o PSD fazia mal, já ali uma vez referira não só para o PSD mas para toda a oposição ao Governo, que quanto mais atacavam o Governo mais o Governo saía prestigiado na opinião pública, e a crer por todos os indicadores de opinião que têm surgido, os ataques da oposição não têm surtido efeito. Portanto, não esperariam com certeza, perante as moções que apresentaram, senão o desacordo do PS, o seu repúdio através do voto porque não podiam viabilizar as moções que traziam para a Assembleia Municipal, tentando ali fazer oposição política nacional porque não a sabiam fazer no Parlamento da República. -----

----- Portanto, continuariam a votar contras as moções apresentadas pela oposição ao Governo, fosse por causa da Ota ou do que quer que fosse, porque aquilo que realmente ali pretendiam com essas moções era atacar o Governo. -----

----- Mas o que era extraordinário era que o PSD se visse confrontado, se visse encurralado em pleno debate eleitoral a só poder discutir na campanha eleitoral questões nacionais, porque não podia discutir as questões municipais. É que o PSD sabia muito bem que se viesse para o terreno discutir as questões da Cidade de Lisboa não tinha argumentos, estava completamente à deriva, estava entre as cordas. -----

----- E isto porque nos últimos seis anos o comportamento e a gestão do PSD foram ruinosos para a Cidade de Lisboa, sob todos os pontos de vista. Mas mais grave que o problema financeiro foi de facto a gestão política, a gestão da própria credibilidade política do PSD perante os cidadãos que os elegeram há meia dúzia de dias, porque de uma forma rápida desbaratara essa confiança que lhes foi atribuída. E desbarataram-

na porque não souberam – e voltava a dizer que se estava a referir em termos políticos – ser competentes do ponto de vista político. -----

----- Não souberam, em primeiro lugar, defender as suas próprias propostas, não souberam defender o Presidente da Câmara que eles próprios propuseram, o Eng.º Carmona Rodrigues, fazendo-lhe uma guerra tal como a metade da sua equipa, como nunca tinha visto nos combates políticos que havia sempre internamente a nível partidário. O PSD, nestes dois anos de mandato, não soubera gerir problemas que minavam a credibilidade da instituição camarária de forma correcta, muitas vezes não ouvindo até recomendações dos seus próprios colegas nas Comissões. -----

----- E depois, finalmente, enterraram a cabeça na areia. Quando o PS, e outros partidos oposição, ali chamavam a atenção que a situação era grave, que era preciso tomar medidas, o PSD dizia que não, que estava tudo bem, que o PS e a oposição é que os queriam pôr ali uns contra os outros. -----

----- Recordou que ainda há dois meses atrás ali referira, e foi muito vilipendiado politicamente – não pessoalmente também o reconhecia – pela bancada do PSD quando disse ao Sr. Eng.º Carmona Rodrigues e ao PSD que ou tinham uma solução de credibilidade ou seria melhor haver eleições, e a resposta foi que estava a querer complicar, que tinham legitimidade e que ia tudo bem. Que não lhe viessem dizer agora que estava a inventar porque isso estava nas actas, mas dois meses depois foi preciso o líder do PSD dizer – não o Grupo Municipal do PSD porque continuavam com a cabeça debaixo da areia – “isto não aguenta mais, vamos para eleições”. -----

----- Era verdade ou mentira? -----

----- A um aparte respondeu: “pode dizer que é mentira, mas só o Senhor acredita nisso, nem o seu colega ao lado acredita nisso!” -----

----- E agora com o que era que estavam confrontados?! Com eleições porque o Dr. Marques Mendes acabara por ser mais lúcido que o Grupo Municipal do PSD. Portanto, ali o PSD só discutia a política nacional, não podia discutir a política autárquica porque ao longo dos dois últimos anos andaram a fazer disparates para a cidade e para eles próprios. -----

----- Esta é que era a realidade, e era por isso que o PS votaria sempre contra todas as moções que apresentassem agora, até porque, como já referira, percebiam muito bem que ao PSD não restava mais nada senão falar nos assuntos do costume: a Lei das Finanças Locais, a localização do aeroporto, matéria em relação à qual o PSD já tivera todas as posições e mais uma, agora parecia que vinha aí a Ota e também sobre essa já teve todas as posições e mais uma, porque o PSD não podia esquecer as ruas, não podia discutir a cidade, não podia discutir a situação financeira, não podia discutir os casos que estavam aí na ordem do dia, porque sabia que se entrasse nessa discussão estava desgraçado aos olhos da opinião pública. -----

----- Portanto, desejava dizer ao Deputado Municipal Saldanha Serra, com todo o respeito democrático que tinha por ele, como também pessoal que ele sabia que tinha, que foi um bom esforço mas inglório. -----

----- Prossequindo, disse que das moções em apreciação que diziam respeito a Lisboa, naturalmente estavam de acordo com a Moção apresentada sobre o IPO, mas

aproveitavam para dizer, porque era bom que se percebesse que se porventura havia risco do IPO não ficar em Lisboa, e pessoalmente tinha grande convicção que se o PS ganhar as eleições o IPO ficará em Lisboa porque o candidato à Câmara já dissera que ia fazer o todo o possível para isso, mas a verdade era que se fosse verificar o historial da Câmara do PSD teria de perguntar o que fizeram para que o IPO ficasse em Lisboa. Zero! Até parecia que tinham um acordo com o Dr. Isaltino Morais: “olha, fica tu lá com isso porque nós até descobrimos – e é importante que eu vou dizer agora – que nos terrenos onde está o actual IPO há para ali um 10.000 m2 que são da Câmara, portanto o que é bom é que o IPO vá daqui para fora depressa que é para nós vendermos isto e recuperarmos as mais-valias porque a situação financeira da Câmara é caótica, estamos aqui de fraldas na mão e o que é preciso é que entre dinheiro”. -----

----- Portanto, o PSD lesara os interesses da cidade e lesara também os interesses dos doentes do IPO ao não ter tratado desse assunto a tempo e horas. Essa é que era a verdade. Por isso, iriam votar a Moção que o BE apresentara sobre essa matéria. -----

----- Disse que percebia que a Moção que apresentaram sobre a gestão irresponsável pudesse preocupar o PSD, porque o PSD estava ali numa situação complicada, também já perceberam todos isso. O Eng.º Carmona Rodrigues, aparentemente, teria mais votos que o PSD, mas a verdade era que ele dizia cobras e lagartos do PSD e o PSD assobiava para o ar e não era capaz de dizer nada. -----

----- Por isso, o PS responsabilizava ali o Eng.º Carmona Rodrigues e o PSD pela situação, mas até desafiava o PSD a votar ponto por ponto essa Moção, porque podia ser que assim pudessem ter alguma diferenciação sobre essa matéria. Era uma oportunidade que desejava dar ao PSD. -----

----- Referiu que se havia alguma coisa que hoje ali foi patente, e desde já dizia que estava solidário com o princípio de que o público tinha que respeitar o órgão Assembleia Municipal e não podia ir para ali desrespeitá-lo, mas pela forma com o Grupo Municipal do PSD reagira, pelo tipo de assuntos que ali foram apresentados, se percebia que continuavam em implosão no PSD, na maioria que os elegera, e foi por isso talvez que não tiveram coragem também de provocar eleições para o órgão Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho fizera ali um exercício mais digno do palco onde estavam quando ao serviço de outras funções, que propriamente enquanto palco da Assembleia Municipal. Também ele procurara, num esforço inglório, fazer aquilo que não conseguira. -----

----- Primeira questão: o PSD não estava entalado em lado nenhum; o PSD, ao contrário do PS, assumia todo o seu passado, fosse ele qual fosse. Não fugiam ao passado, neste momento não tinham nenhum problema e garantia que iriam votar, determinadamente, contra a Moção do PS. -----

----- Segunda questão: o Deputado Municipal Miguel Coelho procurara ali, de forma engraçada, dar lições de comportamento político ao PSD, ao que, com todo o respeito, dizia que não se lembrava de há já alguns anos e algumas eleições que o PS as ganhasse em Lisboa. Portanto, dar ali lições de comportamento político ao PSD que as

tinha ganho ultimamente parecia-lhe um bocadinho descentrado. Por isso, registavam mas passavam ao lado. -----

----- Sobre o terreno, disse que o PS, de facto, em Lisboa não tinha terreno. E dava só um exemplo: o PSD lançara um túnel, pese embora as diversas entropias que foram colocadas ao processo, o túnel estava a funcionar e era um sucesso em termos de mobilidade em Lisboa, enquanto que o PS lançara dois túneis há vários anos e os dois buracos continuavam lá: um no Terreiro do Paço, outro no Rossio. Esse era o exemplo concreto do terreno! -----

----- Mas quando lhe vinha dizer que o PSD discutia a política nacional e não a política local, lembrava-lhe que esse foi o argumento que o candidato do PS utilizara para fugir ao tema da Ota, o que foi uma tristeza, porque aquilo que colocaram na Moção que apresentaram e também na sua intervenção, era tudo local. Era tudo local e não nacional, frisou! Mas dava-lhe questões locais porque teria andado desatento àquilo que o PSD ali tem dito: novos regulamentos do estacionamento, aprovação da Rede Social, início da Revisão do PDM. -----

----- Disse que, por uma questão de tempo, dava-lhe apenas três questões concretas mas poderia dar outras que neste mandato foram feitas em Lisboa. -----

----- Portanto, protestava absolutamente contra a forma que o Deputado Municipal Miguel Coelho ali encontrara para procurar defender algo que era indefensável, porque o PS, nestes dois anos de mandato, não fizera nada a favor de Lisboa, não levantara a voz no Governo a favor de Lisboa, e o candidato que agora apresentara à Câmara foi conivente com a política de estrangulamento financeiro e de omissão em relação a Lisboa. -----

----- Esta é a realidade, disse a rematar. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra, através da figura do protesto, que no fundo não foi um protesto mas sim uma segunda intervenção, pretendia dizer várias coisas. -----

----- Em primeiro lugar, que o PSD não estava entalado, e quanto a isso desejava dizer-lhe que a melhor lição que podiam ter em democracia era saber ganhar e saber perder. O PS já perdera muitas eleições e soube perder, mas o PSD não soubera ganhar, não soubera exercer o poder na Cidade de Lisboa, e já denotava um grande mau perder. -----

----- Em segundo lugar, referira o Deputado Municipal Saldanha Serra que o PSD não estava entalado, e de facto era capaz de ter razão porque quem efectivamente estava entalada era a cidade e não o PSD. Esse é que era o problema! Estava entalada, por exemplo, porque a acção social da Câmara Municipal parara completamente com o Vereador Sérgio Lipari Pinto, que, aliás, foi um dos apoiantes firmes do Eng.º Carmona Rodrigues mas que agora estava na outra lista. Enfim, havia ali uma promiscuidade entre aquilo que o PSD criticava agora mas que defendeu no passado. --

----- Mas havia uma coisa que era um protesto genuíno, que quase faria com alguma ironia em nome do Eng.º Carmona Rodrigues: é que o túnel, de facto, era obra dele, era um disparate para a cidade mas era obra dele e não do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, referiu que a Câmara tinha uma dívida com a sua freguesia que lhe estava a causar imensos problemas e disso já dera nota à Sra. Presidente da Comissão Administrativa. A Junta estava a gerir uma piscina municipal mas tinha uma dívida acumulada muito grande resultante do pagamento dos salários dos funcionários que lá trabalhavam, que a Junta, com toda a honradez, vinha assumindo, assim como também o pagamento de alguns fornecedores. -----

----- Recordou que só de 2006 a dívida da Câmara ultrapassava os 200.000 euros em relação à piscina, mas a dívida global situava-se nesta altura na ordem dos 360.000 euros, o que, sem dúvida, era um problema muito grande para uma freguesia tão pequena como São Vicente de Fora. Tinham praticamente as escolas todas paradas, já pediram empréstimos para pagar salários, já tinham amigos a entrar com algum dinheiro, o facto de ter entrado agora a segunda tranche dos protocolos também ajudara um bocadinho, mas no final de cada mês, como iria acontecer agora, tinham grandes problemas para fazer os pagamentos. -----

----- Portanto, pedia à Comissão Administrativa que, no âmbito da grande ginástica que com certeza tem estado a fazer para acertar alguns pagamentos, que olhasse para este problema da sua freguesia como um problema muito sério pois tinham cerca de 40 trabalhadores e não tinham condições para poder fazer o pagamento dos seus salários. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que foi com alguma perplexidade que, na Conferência de Representantes de hoje, o BE ouvira as várias forças políticas com assento na Assembleia Municipal dizerem que queriam que fosse adiado o ponto um da Ordem de Trabalhos para o qual tinha sido convocada esta Sessão. E perplexidade porque o primeiro argumento dado foi que a Comissão Permanente de Ambiente queria debater o Plano Verde, o que era óptimo porque debater só fazia bem. Mas o BE tinha proposto que fosse debatido o Plano Verde na Comissão Permanente de Ambiente em Dezembro do ano passado, e a Comissão achara que não era necessário debater porque estava ser debatido na Comissão do PDM. Curiosamente, a Comissão do PDM demorara este tempo todo a debater e aprovara um Parecer, por unanimidade, para esta Sessão da Assembleia Municipal. ---

----- Alguém lhe conseguiria explicar qual era a razão por que estavam a adiar o debate do Plano Verde? Apresentaram uma proposta, como estava na Ordem de Trabalhos aliás, no dia 30 de Novembro de 2006, essa proposta descera à Comissão do PDM em Dezembro por deliberação da Assembleia Municipal, a Comissão do PDM demorara vários meses para conseguir produzir os debates necessários e ouvir as entidades que entendera por bem, essa mesma Comissão, mandatada pela Assembleia, aprovara um Parecer por unanimidade, esse Parecer chegara à Conferência de Representantes que, sabendo já que ia haver eleições antecipadas, marcara o debate do Plano Verde para hoje, mas hoje chegaram à Conferência de Representantes e deparavam com um veto da maioria no sentido de não querer discutir, mas razões não encontravam para isso. -----

----- Era por que queriam mais debate? Bom, só se não leram a proposta! Porque a proposta pedia aos serviços municipalizados que dessem os Pareceres no prazo máximo de dois meses, e que após a emissão dos referidos Pareceres e consequente actualização da estrutura ecológica fosse apresentada uma proposta à Assembleia Municipal, que houvesse tempo para que fosse debatida, que a partir daí fosse sujeita a um processo de discussão pública onde poderiam participar todas as Comissões e toda gente, e que isso fosse incorporado no processo do PDM. -----

----- A única coisa que agora estavam a fazer era a adiar e ficariam todos os partidos responsáveis por isso, o BE di-lo-ia em todos os locais, que de hoje até Setembro, que seria a data em que esta matéria iria ser discutida, houvesse tempo para aprovar mais projectos, mais projectos e mais projectos, em zonas para as quais qualquer dia não valia a pena haver Plano Verde. -----

----- Referiu que na Conferência de Representantes alguém disse, não importava agora o nome, que o BE não tinha necessidade de no fim-de-semana ter estado a apresentar o Plano Verde, e quanto a isso tinha que referir que nunca ouviram ali o BE dizer se o líder do PS fazia ou não fazia comentários ou dava entrevistas sobre a Assembleia e que depois ouviam nos noticiários antes da reunião da Assembleia Municipal. Nunca os ouviram pronunciar-se sobre isso, como se o PSD fazia as conferências de imprensa que entendia ou não entendia, ou se o CDS-PP fazia, o PCP ou fosse quem fosse, porque isso fazia parte dos direitos da liberdade de cada partido. -----

----- Mas não era verdade que o BE tivesse dado uma conferência de imprensa para falar do Plano Verde da Cidade de Lisboa. Deram uma conferência de imprensa – e ia entregar na Mesa – para falar de um problema ainda muito mais complicado que esse, concretamente o problema da estrutura verde central que abrangia os concelhos de Lisboa, Amadora e Sintra, porque estavam a falar do futuro dos filhos e netos. -----

----- Quando vinha a Lisboa o Al Gore, pago a peso de ouro, para dar conferências sobre o ambiente que estavam a pôr em risco o planeta, isso era o máximo, até ali apresentavam moções sobre o Al Gore! Mas quando era para tratar de tomar medidas no Município que impedissem que os interesses imobiliários continuassem a construir nas áreas que estavam no Plano Verde, há muitos anos traçadas pelos serviços da Câmara, sobre isso iam adiando! -----

----- A posição do BE era chegar ali hoje e dizer que queriam que esta fosse uma vitória da Assembleia Municipal, de todos os partidos, do CDS-PP ao BE passando por todas as bancadas, porque queriam o bem para a cidade. Mas os outros partidos quiseram fazer disso um acto eleitoral e por isso a responsabilidade seria deles ao impedir que a Assembleia Municipal, hoje, pudesse debater, discutir e votar o Plano Verde. -----

----- A responsabilidade dos adiamentos de todos os planos urbanísticos que viessem para as zonas que tinham que ser protegidas e acauteladas enquanto ainda existia algum tempo para que qualquer dia não pudesse haver Plano Verde, não entendiam. Podiam vir dizer o que quisessem, inclusive que teria que ser discutido nas Comissões, só não entenderam porque então não discutiram e porque só convocaram a

Comissão Permanente de Ambiente na semana passada quando inicialmente o BE tinha proposto que a matéria fosse apreciada nessa Comissão. -----

----- Não encontrava nenhum argumento para isso! Lamentavelmente, havia unanimidade entre todos, tudo fizeram para que essa unanimidade existisse, gostava que não se esquecessem que a parte resolutive da proposta, na forma jurídica que ela assumia, foi escrita e proposta pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal e pelo BE aceite, numa atitude clara que o que queriam eram coisas positivas para a cidade. Mas vinham agora todos os partidos, em unísono contra o BE, que não queriam discutir o Plano Verde! Ficava para Setembro, pois ficava, mas que depois não se esquecessem das suas responsabilidades, que não se esquecessem do que assumiam ali. Depois que não dissessem que o BE era radical! -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, disse que ia dar um esclarecimento que tinha reservado para o período da Ordem do Dia onde este ponto estava agendado, mas o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, com toda a legitimidade, levantara a questão no período de Antes da Ordem do Dia e por isso queria esclarecer que hoje, na Conferência de Representantes, a propósito do ponto um da Ordem de Trabalhos, por maioria, portanto por opinião do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, foi recomendado que este assunto fosse ainda discutido na Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida, e fosse agendado, obrigatoriamente, na primeira Sessão da Assembleia Municipal a realizar em Setembro. -----

----- Portanto, a Mesa decidira dar seguimento a esse desejo manifestado por cinco dos seis partidos representados na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que tal como o Deputado Municipal Miguel Coelho também não resistia a começar pelo fim, mas iria perder menos tempo do que ele perdera pelo fim, ou seja, não podia deixar de registar que mais de metade da sua intervenção foi a falar do PSD e a não a falar nada de Lisboa nem do futuro. Portanto, pelos vistos, o PSD era de facto importante na Cidade de Lisboa.-----

----- Por outro lado, também não podia deixar de achar notável que ele considerasse que a Moção apresentada pelo PSD nada mais constituísse que um ataque ao Governo, porque, se assim o entendia, era porque, de facto, aquilo que lá estava escrito dependia do Governo e se não foi feito é porque foi por acção do Governo, e eram questões que efectivamente tinham a ver com Lisboa. -----

----- Os erros do Orçamento que tinham a ver com Lisboa não tinham a ver com a cidade? As verbas do novo casino não tinham a ver com a cidade? As questões ligadas ao Porto de Lisboa não tinham a ver com a cidade? A política de alienação de património em Lisboa não tinha a ver com a cidade? -----

----- Certamente tinham a ver com a Cidade de Lisboa, e a responsabilidade disso era do Governo. Talvez fosse bom que nesta altura, em plena campanha eleitoral, se clarificasse muito bem qual era o posicionamento de cada um perante essas questões, para que todos, quando votassem, tivessem consciência em quem estavam a votar e para quê. -----

----- Relativamente às moções sobre o IPO e o Aeroporto de Lisboa, começou por referir que tendo o Deputado Municipal Miguel Coelho dito que ninguém se preocupava com o IPO de Lisboa, recordava-lhe que a Assembleia Municipal, no dia 21 de Março de 2006, aprovara uma Moção sobre o IPO de Lisboa, apresentada pelo PSD, e o Deputado Municipal Miguel Coelho, como informado que era e sabendo como as coisas funcionavam, saberia com certeza que decorreram inúmeras reuniões entre o Governo Central e a Câmara Municipal de Lisboa, e foram apresentadas várias soluções para nova localização do IPO de Lisboa, mas nenhuma delas foi aceite pelo Governo nem pela ARS de Lisboa como boas para aquilo que era pretendido. Estes eram factos indesmentíveis! -----

----- Quanto à questão do IPO se manter em Lisboa, disse que pessoalmente não achava que todas as estruturas tivessem que se manter na Cidade de Lisboa, porque Lisboa é a capital do País mas não tinha que centralizar tudo. Agora, o IPO, por várias questões técnicas relacionadas com ele próprio, as acessibilidades, o apoio que era necessário dar aos doentes e familiares que ali ocorriam de toda a zona sul, o apoio que o IPO dava a outras infra-estruturas de saúde em Lisboa, como, por exemplo, os doentes do Centro Hospitalar de Lisboa para radioterapia eram enviados ao IPO de Lisboa, por tudo isso entendia que a saída do IPO de Lisboa constituiria certamente uma enorme perda para a cidade. Mas esperava que todos os candidatos em relação a isso tivessem uma unanimidade de posicionamento perante o problema, e que, aquele que ganhasse, depois também soubesse cumprir aquilo que prometera em campanha. --

----- Em relação ao Aeroporto de Lisboa, disse que não deixava de ser uma situação curiosa, porque de uma situação em que havia todas as certezas, curiosamente só passaram a haver incertezas; de uma situação em que havia uma única solução para o novo Aeroporto de Lisboa, milagrosamente agora havia inúmeras soluções; de uma situação em que não eram necessários mais estudos, já existiam todos, afinal eram precisos mais estudos! E quando já não eram precisos mais estudos, curiosamente o Senhor Primeiro-Ministro andava em reuniões com entidades a tentar promover estudos! Notável, quando não eram precisos mais estudos! -----

----- E também não deixava de ser curioso que até a propósito de uma coisa tão simples como um estudo que foi encomendado, parecia que ou as mesmas pessoas estiveram em reuniões diferentes ou então não conseguiam perceber quem tinha razão, porque as intervenções que existiam em relação àquilo que foi pedido e como foi pedido quanto ao estudo que agora veio a público, eram perfeitamente dispares conforme as declarações de quem as fazia e o momento em que eram feitas. -----

----- Mas, curiosamente, tudo isso acontecia quando havia eleições em Lisboa, e de facto era muito, muito, muito interessante que era em plena campanha eleitoral que agora era preciso dar atenção ao Aeroporto de Lisboa. Se calhar, se houvesse eleições noutra sítio, nessa altura é que elas seriam faladas, ou na Ota, ou no Rio Frio, ou fosse lá onde fosse. -----

----- Contudo, neste caso, como em relação ao IPO de Lisboa, foi o PSD que propôs, em 26 de Setembro de 2006, que houvesse na Assembleia Municipal de Lisboa um debate, proposta essa que foi aprovada, a reunião estava calendarizada, e mais uma

vez o PSD reafirmava a total necessidade desse debate ser feito na Assembleia, para ser no local próprio já que estavam a falar do Aeroporto Internacional de Lisboa e era em relação a isso que a Assembleia Municipal de Lisboa se deveria pronunciar. -----

----- Concluiu reiterando que, mais uma vez, o PSD reafirmava a urgência de se promover esse debate. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, referiu que ia falar da Moção n.º 7 e da Recomendação n.º 1, referentes à Feira da Luz, começando então por dizer que a Feira da Luz fazia parte da tradição cultural de Lisboa, apesar de, ao longo dos anos, as condições de funcionamento se terem vindo a degradar, quer para quem lá trabalhava, quer para quem a frequentava, fosse para comprar ou simplesmente para a visitar. -----

----- Assim, saudavam a conjugação de esforços de todos os intervenientes no Grupo de Trabalho que estudara e apresentara uma proposta com vista à melhoria das condições dessa Feira, melhoria que esperavam fosse visível no mais curto espaço de tempo. -----

----- Saudavam os autarcas, saudavam os feirantes sem discriminação de etnias, porque, para o PS, as pessoas eram todas iguais. -----

----- Saudavam também os moradores e saudavam todos os que exerceram o seu direito à cidadania. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por falar também sobre a Feira da Luz, saudando o facto de todas as forças políticas estarem de acordo nesse aspecto. ---

----- Referiu que muito já ali foi dito sobre a Feira da Luz, que era uma tradição não apenas de Carnide mas uma tradição da cidade. Foi constituído um Grupo de Trabalho que recebera contributos de todas as forças políticas, como era hábito e prática corrente diária fazer na Freguesia de Carnide, apresentaram esse documento à Câmara Municipal de Lisboa, na altura do então Vereador Fontão de Carvalho que manifestara total concordância com o documento. Mas houve mudança de Vereador, foi apresentado aos serviços, como já ali foi dito no mês de Abril. Quem o conhece sabe que ali tem sempre defendido os serviços, mas desta vez não podia deixar de dizer que os serviços falharam. E também falhara o Sr. Vereador quando, precisamente no último dia em que podia tomar uma decisão, assinara. Se calhar sem a informação correcta, mas existiam telemóveis, existiam telefones, e podia ter contactado a Junta de Freguesia para saber qual a sua posição. -----

----- Disse que o que estava em causa era, como agora se propunha, a mudança da Feira sem ouvir ninguém. Não se podiam pôr em causa aspectos culturais, havia um teatro, que era o Teatro da Luz, que ainda ontem em reunião com a Junta lhes diziam que não conseguiam abrir as portas em Setembro porque era grande a confusão à porta; era a própria Paróquia que no ano passado não conseguira organizar a procissão devido à desorganização da Feira; eram as escolas da zona que em Setembro estavam a começar e que tinham uma desorganização à porta; e era um facto que apresentaram propostas muito concretas porque, para a Junta de Freguesia, a Feira da Luz não era apenas um mercado. -----

----- Mas a Câmara achava que isso era apenas para fazer dinheiro. Só para que tivessem uma ideia, os feirantes, por estarem um mês na Feira da Luz, a base de licitação, somando todos os lugares de venda, eram 107.000 euros. Portanto, era preferível ter lugares de faturas porque pagavam muito mais, a ter aquilo que era tradicional. Era isso que estava em causa, e foi isso que pediram para se reformular. Houve concordância mas, à última da hora, aconteceu o que acontecera. -----

----- Quais eram as consequências disso? Se o concurso for para a frente, fosse quem fosse o próximo Presidente da Câmara e o próximo Executivo, nada poderiam fazer porque esse concurso era válido por três anos. Isso não era justo, isso não era correcto, e o que pretendiam era que fosse feita justiça e que o concurso fosse anulado, que se mantivessem as regras do ano anterior como acontecera no ano passado, e que houvesse tempo para que se fizesse uma discussão séria, aprofundada e que se continuasse a envolver toda a gente. -----

----- Disse que estavam disponíveis, no Grupo de Trabalho que se constituía na freguesia, para alargar isso também à Comissão da Assembleia Municipal que acompanhava esse assunto. -----

----- Portanto, a Moção e a Recomendação apresentadas faziam todo o sentido porque amanhã terminava o concurso e ainda iam a tempo de o anular, e havia também a concordância dos feirantes para isso. -----

----- Embora ainda não tivesse sido anunciado, saudava o facto do BE ter retirado a sua Moção, e a proposta que fazia era que se inserisse o ponto 1 dessa Moção como ponto 4 da Recomendação que apresentaram. -----

----- Seguidamente, referindo-se às actividades de complemento de apoio à família, disse que era preciso dizer, tinham que ser claros, que o problema relacionado com os atrasos das verbas às instituições, às Juntas de Freguesia e por consequência a quem trabalhava nas escolas, não era apenas uma questão de dinheiro. Era também uma questão de incompetência de quem gerira o Pelouro da Educação durante o presente ano lectivo, porque se fosse apenas uma questão de dinheiro as propostas na Sessão de Câmara teriam sido aprovadas a tempo e horas, e não fazia sentido que monitores estivessem no terreno desde Setembro a acompanhar as crianças, e só em Maio a Câmara se preocupava em aprovar em Sessão de Câmara as propostas para pagamento a essas pessoas. -----

----- Portanto, a desculpa não podia ser “agora não há dinheiro” porque se as coisas tivessem sido organizadas de outra forma, poderia não haver dinheiro mas haveria organização e o Pelouro da Educação não teve organização nenhuma, foi de grande incompetência e tinham aí o estado em que se encontravam as escolas no final do ano lectivo. -----

----- Estavam a falar de monitores que se calhar nalgumas instituições davam inglês, música, teatro, a auferir valores ridículos de três ou quatro euros à hora, mas nem a esses valores eles tinham direito porque a Câmara Municipal de Lisboa, quase no final do ano lectivo, ainda nem sequer lhes pagara o mês de Setembro. -----

----- Por isso, era preciso que se fizesse justiça, e se havia fornecedores a pagar em primeiro lugar deveriam ser as Juntas de Freguesia e essas instituições, que já

prestaram o seu serviço porque o que estava em causa eram os vencimentos e as vidas desses trabalhadores, que não eram tão poucos quanto isso. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que, no pouco tempo que o BE tinha disponível, ia apresentar alguns pontos da Moção que apresentaram sobre o Aeroporto Internacional de Lisboa, começando por referir que sabiam todos que o Governo foi obrigado a abandonar a sua posição de que a única opção era a Ota, e de facto era difícil convencer os portugueses e os lisboetas de que a melhor solução para a localização do aeroporto era a Ota, quando um aeroporto construído em tal local teria uma multiplicidade de inconvenientes que não tinha tempo para referir ali agora. -----

----- O Governo decidira, também, mandar proceder a uma análise técnica comparativa de duas opções de localização do aeroporto: a opção que o Governo tinha previamente escolhido, a Ota, e a opção que a CIP tinha proposto após a elaboração de estudos. -----

----- Mas sem pretender pôr em causa o interesse dos estudos e da proposta da CIP, importava dizer que a localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa não era um assunto a discutir entre a CIP e o Governo. Sabiam que o Governo privilegiava o diálogo com o grande capital, e isso foi confirmado neste caso concreto do aeroporto, mas essa era uma posição politicamente insustentável. É que a posição de construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa e da sua localização não podia deixar de ser discutida com o Município de Lisboa e com os lisboetas, com a Área Metropolitana de Lisboa e com o Parlamento da República. Não era, repetiu, um assunto que se pudesse entender que fosse apenas discutido com a CIP. -----

----- E que não se viesse argumentar que a CIP era um parceiro privilegiado porque apresentara um estudo, porque era ao Governo que competia, neste e noutros casos, identificar todas as opções possíveis, estudá-las, identificar as vantagens e inconvenientes de cada uma das opções, propor uma solução e justificá-la, com transparência, perante o País. -----

----- Para isso, o BE recomendava na sua Moção que a análise técnica comparativa não se limitasse à localização Ota e à localização proposta pela CIP, mas que compreendesse outras opções que vinham sendo apontados por especialistas e por sectores da sociedade civil, designadamente a do Rio Frio, a do Poceirão, a da Portela +1 e a da Portela com a inclusão do Figo Maduro. -----

----- Disse, depois, que a posição do BE era que os investimentos vultuosos que nos últimos tempos foram feitos na Portela, e que iriam continuar a ser feitos, não pudessem deixar de ser rentabilizados. Lisboa não podia nem devia prescindir da sua infra-estrutura aeroportuária. -----

----- O desejável faseamento da construção e o funcionamento de um novo Aeroporto Internacional de Lisboa, deviam ser articulados com o funcionamento do aeroporto da cidade, o Aeroporto da Portela, que entretanto teria que ir redefinindo a sua missão tendo em conta essa articulação, mas não teria que ser desactivado. Aliás, outras cidades não têm prescindido de manter os seus aeroportos localizados dentro delas, ou

muito perto, quando da construção de novas infra-estruturas aeroportuárias situadas a maiores distâncias. -----

----- Mas teriam ainda que estar atentos aos propósitos governamentais da privatização da ANA, que colocaria a gestão de todos os aeroportos do País na mão do monopólio privado, o que entendiam como nefasto para os interesses nacionais. E se essa privatização envolvesse também a venda dos terrenos da Portela, estariam não apenas na presença de um negócio aeronáutico de grande risco para o País, mas também de um enorme negócio de especulação imobiliária em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que neste *intermezzo* entre o período do anterior Executivo e as próximas eleições, as propostas que vinham à Assembleia não eram de grande peso, eram apenas aquelas que visavam a continuação e manutenção do funcionamento da Câmara. -----

----- No entanto, tomava um peso substancial aquilo que era designado por período de Antes da Ordem do Dia, onde as declarações políticas naturalmente assumiam uma importância bastante grande. -----

----- E era justamente por isso que reputava de grande importância que se chamassem os bois pelos nomes e se dissesse quem era responsável porquê. Era evidente que os partidos da oposição relativamente ao Executivo camarário anterior teriam lançado e feito muitas críticas acerca da forma como o Executivo se comportara. Esse era o papel da oposição! Naturalmente o PSD também concordava que houve algumas coisas que poderiam ter saído melhor! Mas, no plano global, não foi isso que fizera cair a Câmara. O que fizera cair a Câmara foi a situação judicial de alguns membros do Executivo, e o PSD ter apreciado, de forma coerente, aquilo que representavam em relação ao exercício político, algumas situações que esses membros do Executivo tinham. Foi isso que levava a que acontecesse a queda da Câmara. -----

----- Por isso, não foi por erros da sua gestão mas sim por uma situação jurídico-política que o PSD entendera fazê-lo. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Miguel Coelho hoje se transfigurara também. O próprio acusara-o há dias que ele se tinha transfigurado mas hoje viu-o fazer gestos que não eram habituais, tendo em conta que normalmente era um homem calmo a falar. Quase que mal se ouvia, mas desta vez o Deputado Municipal Miguel Coelho transfigurara-se, não sabia quais as razões que o levaram a transfigurar-se, mas, naturalmente, deveria estar nalguma razão ligada ao próprio PS. -----

----- Agora, quando ali se dizia que havia responsabilidades que incidiam sobre a cidade, que eram factores de prejuízo para os lisboetas e que eram permanentes, que duravam há anos, era preciso dizer-se que algumas delas duravam há mais de dez anos, como aquela do túnel do Terreiro do Paço, de onde desaparecera o Cais das Colunas, uma área emblemática da Cidade de Lisboa e do próprio País, e não havia o cuidado de acelerar essas obras, ninguém sabia quando iriam acabar. -----

----- A responsabilidade disso era do Eng.º Carmona Rodrigues? A responsabilidade era da ex-Vereadora Marina Ferreira? A responsabilidade era do Deputado Municipal Saldanha Serra? A responsabilidade era de alguém do PSD? -----

----- A responsabilidade era do Governo, e o Governo tinha que ser solidário! E se o Governo enviava para a Câmara Municipal de Lisboa um candidato, presumia que o candidato era do Governo, não era com certeza do PS. Era do Governo e para resolver um problema do próprio Governo, mas se enviava esse candidato teria que se assumir também como responsável. Era um absurdo dizer-se que ele era responsável enquanto número dois de um Governo que fizera as maiores barbaridades em relação a Lisboa como foi ali referido, e agora vinha candidamente dizer que ia resolver tudo porque tinha uma boa relação com o Governo, e assim tentar enganar os lisboetas! -----

----- Por que ele era o número dois do Governo agora resolvia os problemas todos da Câmara quando foi ele próprio que os causara? Era muito fácil: “eu digo ao Sócrates e o Sócrates resolve-me o problema, não há dinheiro há um empréstimo!”. -----

----- Até aqui foram proibidos os empréstimos! A Câmara Municipal de Lisboa vivia sufocada porque por força da situação orçamental do País foi obrigada a não contrair empréstimos; vivera sufocada porque tinha a pressão dos juros de todos os empréstimos feitos anteriormente; vivera sufocada porque houve dívidas que não foram consideradas no próprio Orçamento da Câmara. Também acreditava que tivesse cometido alguns erros, mas era um facto que a maior parte do bolo foi derivado às situações que lhe foram criadas. -----

----- Por exemplo, a Câmara, há quatro ou cinco anos a esta parte, em termos de situação financeira vivia pressionada pela situação financeira nacional, enquanto que antes disso não acontecia! Puderam-se fazer os empréstimos que se entendeu, puderam-se fazer os desmandos que se entendeu, nem sequer o Dr. Sá Fernandes existia a criticar o Executivo! Que imaginassem o que seria o Dr. João Soares ter o Dr. Sá Fernandes à perna, a enviar queixas ao Ministério Público sobre todos os concursos, sobre todas as coisas que ele fizesse! Como seria que o PS se governava? -----

----- Disse que ouviu ali dezenas de vezes, entre outros, o Deputado Municipal Miguel Coelho a fazer os discursos mais críticos, os discursos com uma intencionalidade mais do que efectiva contra o Túnel do Marquês. Que era um disparate, que estava muito inclinado, que devia acabar não sei aonde, que se deveria ter feito um estudo de outra maneira, que iria causar imensos embaraços, que iria ser um problema para a cidade, mas ele – orador – um utente diário desse túnel o que tinha a dizer é que era uma bênção dos céus, toda a gente reconhecia que era uma obra fantástica para a Cidade de Lisboa. -----

----- Então não seria lógico que o Deputado Municipal Miguel Coelho ali fosse dizer: “bem, eu de facto disse isso, mas agora que já na prática se viu como funciona, não é tão mau como eu dizia”. Mas não, calara-se, enfiara a viola no saco! -----

----- E depois tinha ainda um descaramento que ali repudiava totalmente. É que o Deputado Municipal Miguel Coelho acusava-os de tudo o que estava mal na cidade e que o partido estava contra eles também, questão em relação à qual o que tinha a dizer era que se algum partido estava contra alguém era o do Deputado Municipal Miguel Coelho contra ele próprio. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP tinha apresentado na Assembleia moções sobre os problemas concretos da

cidade, sobre a Feira da Luz, sobre o encerramento de secções do Tribunal do Trabalho de Lisboa, uma recomendação para que a Comissão Administrativa procedesse ao pagamento dos monitores dos programas de apoio às famílias nas escolas do 1º ciclo. Tinha entregue à Sra. Presidente um requerimento sobre problemas existentes na Rede de Bibliotecas Municipais, que pedia à Comissão Administrativa que tomasse devida nota, porque havia um relatório enviado por trabalhadores das bibliotecas que espelhavam bem a confusão e a destruição que estava a ser operada nessas estruturas. -----

----- Agora deparavam-se com um espectáculo lamentável, que era mais do mesmo quanto às moções n.º 1 do PSD e n.º 4 do PS, entre os Deputados Municipais Saldanha Serra e Miguel Coelho, numa guerrilha já velha, que nunca mais ultrapassavam e que espelhava bem aquilo que era o bloco central de interesses e o que a cidade podia esperar desse bloco central, que era absolutamente nada. Era um completo falhanço e era evidente que a cidade tinha que olhar para tudo isso, para essa confusão instalada, e o sinal mais claro eram os aplausos do Bloco de Esquerda ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, que era de facto o sinal da confusão e da baralhação de tudo isso. Estava mal e o PCP não entrava nesse jogo. -----

----- Durante várias sessões da Assembleia o PCP apresentara moções de defesa do IPO, defesa de áreas fundamentais da Cidade e o PSD, a propósito da moção n.º 1, tinha votado contra essas moções de defesa dos interesses da cidade. Que coerência era essa de virem agora criticar? Quem é que estavam a criticar? Era o Eng.º Carmona Rodrigues? Que diabo! Fizessem uma autocrítica de todo o mau trabalho que realizaram na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. -----

----- Quanto ao Partido Socialista e à moção n.º 4, aí também se aplicava uma crítica, porque o Partido Socialista tinha colaborado na criação de todas essas situações que agora estavam a criticar. Por exemplo, tinha votado todos os planos de actividades e orçamentos até 2004, só não tinha votado em 2005 porque era ano de eleições, como era costume no PS. De resto, tinha dado apoio efectivamente às políticas geradas e várias vezes tinha ouvido a explicação de que estavam no poder, tinham o direito de fazer as propostas, cumprissem os seus planos de actividades. Por isso deixavam passar os planos de actividades e orçamentos, mas em 2005 já votaram contra, porque ia haver eleições. -----

----- Quanto à moção n.º 5 do Bloco de Esquerda, também anotava o entusiasmo do Partido Socialista em relação a essa cedência do Bloco de Esquerda no considerando n.º 3, em que abria as portas, favorecia a saída do IPO daquele espaço que a Administração, que os técnicos, que o PCP considerava e defendia que era possível remodelar, reestruturar e melhorar mas ficar naquele sítio, porque não havia sítio na Cidade com melhores acessibilidades do que aquele. Obviamente, era de chamar a atenção para a abertura do Bloco de Esquerda em relação a um projecto de privatização e de negócio com os terrenos do IPO. O PCP tomava devida nota daquilo que se estava a passar e votaria contra a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. --

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por abordar as Marchas Populares,

recordando Leitão de Barros e Norberto Araújo, que em 1932 puseram em marcha esse projecto que tanta alegria vinha trazendo nas noites de Santo António à população de Lisboa. -----

----- Felicitava a Marcha de Alfama, por mais uma vez ter ocupado o primeiro lugar. No entanto, as felicitações deviam ser estendidas a todos os marchantes que durante meses prepararam a festa na Avenida em 12 de Junho. -----

----- Queria, como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, recordar que tinha levado para o Lumiar as Marchas Populares em 2003 e que, felizmente, uma colectividade, das mais antigas do Lumiar, a Academia Musical 1893, ia levando avante com grande garbo e aprumo e este ano até conseguira ter o sexto lugar. -----

----- Uma outra questão era sobre a extensão do Centro de Saúde do Lumiar que estava no Alto do Lumiar, só para recordar um pormenor. A extensão estava pronta, parecia-lhe que os médicos seriam os mesmos que estavam na extensão que encerrara em Outubro. Havia uma promessa da Direcção Regional de Saúde, que iria pôr imediatamente em funcionamento a extensão do Centro de Saúde, logo que tivesse resolvida a questão das instalações. Tinha sido feito um protocolo com a Câmara em Novembro, a Câmara adquirira as instalações, fora aprovada a aquisição em Novembro na Assembleia, a seguir tinha sido efectuado um protocolo e, portanto, não se compreendia que a extensão do Centro de Saúde não estivesse aberta, a não ser que se estivesse a pensar que algum candidato que ganhasse as eleições viesse oito dias depois dizer que era uma promessa e estava aberta a extensão do Centro de Saúde. -----

----- Não era preciso ir para isso, era uma questão da cidade e que fazia falta no local. Também não dizia respeito só à Freguesia do Lumiar, dizia respeito até a uma freguesia em que a Presidente era socialista, a Freguesia da Charneca. A extensão tinha 7.800 utentes, grande parte dos quais da Freguesia da Charneca. Valia a pena interrogar por que é que Lisboa não tinha essa extensão aberta. -----

----- Outra questão que se tinha levantado era o parque de estacionamento que já estava construído havia bastante tempo no Largo da República da Turquia, que tinha sido uma promessa do Metro na construção da linha de Odivelas. Estava um parque de estacionamento pronto sobre a estação do Metro, com 223 lugares, e não se compreendia porque não era colocado ao serviço da população. Pedia à Comissão Administrativa que interrogasse porque razão não estava em funcionamento. Aliás, a falta no local era extraordinária e, como dizia, esperava que não se estivesse à espera que alguém ganhasse as eleições para depois dizer que era uma grande realização, com uma obra que estava feita há três ou quatro meses. -----

----- Pedia a intervenção da Sra. Presidente da Comissão Administrativa em relação à Quinta das Conchas e dos Lilases. Não havia qualquer direito que a Câmara tivesse despendido avultadas verbas na requalificação extraordinária efectuada na Quinta das Conchas e dos Lilases e que se mantivesse a Quinta dos Lilases completamente degradada e sem as instalações sanitárias em funcionamento. Tinha sido uma obra dos dois últimos Executivos da Câmara, que muito agradava ao local e à população de Lisboa, porque era um local frequentado por centenas de pessoas e que merecia maior atenção. -----

----- Outra questão que referia era a moção n.º 1, apresentada pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, que já tinha dito que todas as forças políticas estavam de acordo. A si tinham pedido para referir que a bancada do PSD também iria votar favoravelmente a recomendação, uma vez que havia conhecimento perfeito desse assunto, porque o PSD estava representado na Assembleia de Freguesia de Carnide e no Executivo da Junta. Portanto, da parte do PSD havia toda a razoabilidade para que a recomendação fosse aprovada. -----

----- Queria terminar da mesma maneira que tinha terminado na última intervenção feita na Assembleia relativamente ao Túnel do Marquês, que tão criticado tinha sido na Assembleia, para dizer com total agrado o que era manifestado pela população na utilização do túnel e que hoje, afinal, toda a gente considerava uma obra importante. O mesmo tinha acontecido com outras obras importantes da Cidade de Lisboa. Fazia votos para que quem ganhasse a Câmara fizesse também obras importantes e que elas tivessem contestação, mas que toda a gente viesse a reconhecer que, afinal, era uma obra que valera a pena na cidade. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PCP vinha chamar a atenção contra o encerramento de secções do Tribunal do Trabalho de Lisboa. Isso tinha a ver com a vida de muitas e muitos trabalhadores, em particular aqueles que menos capacidade tinham para se aproximarem da justiça quando disso tinham necessidade. Era elevado o custo das taxas, como se sabia, e também um sistema de apoio judiciário muito precário. Era para esses que chamava a atenção, para que de facto se tratava muitas vezes de sobrevivência de famílias e isso não podia acontecer, dado que a ser concretizado, realmente as pessoas ficariam em muito mau estado. Por isso apelava a que a Assembleia pudesse assumir a proposta do PCP, que era afirmar a necessidade da valorização da justiça no seu todo, mas dando especial atenção à justiça no trabalho. --

----- O segundo ponto era a solidariedade com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras de Lisboa, em particular, contra a desactivação de cinco secções de outros tantos juízos do Tribunal do Trabalho de Lisboa e depois enviar aos respectivos órgãos de soberania, como estava na Moção. -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa**, no uso da palavra, disse que pretendia dar alguns esclarecimentos em relação a algumas moções apresentadas. -

----- A primeira tinha a ver com o concurso para a Feira da Luz. Tratava-se de um concurso que decorria de um Regulamento aprovado em 1995 e posteriormente alterado pela Assembleia Municipal em 1997, que estipulava que de três em três anos houvesse concurso para a realização da Feira da Luz. No ano anterior, a pedido da Junta de Freguesia, fora adiado o concurso com o objectivo de se encontrar um novo local para a feira. Infelizmente, entre os serviços da Câmara e a Junta de Freguesia não tinha sido possível encontrar esse local, pelo que durante um ano os utilizadores da Feira da Luz estiveram a beneficiar de uma facilidade sem que tal tivesse estado sujeito a concurso. -----

----- Mandavam as boas práticas nestes casos que os concursos fossem abertos e periodicamente se procedesse à avaliação do trabalho feito. O aviso publicado previa

que o local pudesse ser ainda definido entre os serviços da Câmara e a Junta de Freguesia e era esse desafio que deixava, sendo que a Sra. Directora Municipal de Actividades Económicas estava preparada para continuar a trabalhar com a Junta de Freguesia no sentido de encontrar o melhor local para a feira. Isso não prejudicava a necessidade se fazer o concurso tal como estava previsto no Regulamento aprovado pela Assembleia Municipal para os próximos três anos. -----

----- Relativamente à questão dos arraiais que iriam ter lugar na Praça do Comércio, não era de facto um local de arraiais, mas era um local que vinha estando aberto a todo o tipo de manifestações, que a Câmara Municipal entendia facilitar à cidade. Era dentro do âmbito das manifestações das mais diversas naturezas e índoles que costumavam realizar-se na Praça do Comércio que iria realizar-se também o referido festival. -----

----- Havia também uma moção relativa às despesas para a educação e queria recordar os Srs. Deputados Municipais de que os pagamentos às Juntas de Freguesia estavam feitos até à primeira quinzena de Julho. Tinham sido já pagas duas tranches e outra estaria a pagamento a partir da primeira quinzena de Julho. Tinham sido também pagos dos protocolos as duas primeiras prestações e, portanto, no que dizia respeito à Comissão Administrativa, tinha-se feito todo o esforço para regularizar essa situação.

----- Tinham sido feitos também todos os esforços no sentido de entre o Departamento de Educação e o Departamento de Contabilidade se proceder ao levantamento de todas as despesas que havia por pagar no âmbito do enriquecimento curricular. Podia afirmar hoje que esse levantamento estava feito e durante a semana seriam feitos também esses pagamentos. Como imaginariam, a Comissão Administrativa não podia proceder a pagamentos sem que todos os documentos estivessem conferidos. -----

----- Por último, quanto ao assunto apresentado pelo Sr. Presidente da Freguesia de São Vicente de Fora, cujo documento lhe fora apresentado pessoalmente e que agradecia, era uma matéria que em grande parte extravasava a competência da Comissão Administrativa, na medida em que se tratava de despesas que já decorriam de outros anos e cuja cabimentação tinha que ser feita adequadamente. No entanto, teria todo o gosto em encaminhar para os serviços os pedidos do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e, com a prioridade possível, também dar-lhes toda a atenção. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que não queria entrar em polémicas, mas estava em condições de dizer à Sra. Presidente da Comissão Administrativa que aquilo que os serviços lhe disseram não correspondia à verdade. Bastava ler o edital e não acreditava que a Sra. Directora tivesse dito que conseguia mudar porque os lugares eram aqueles no Jardim da Luz (mostrou um desenho) e não conseguia alterar para outro local, porque aí até estava o sítio onde actualmente havia determinados equipamentos do Jardim da Luz. -----

----- Por outro lado, não era a Junta de Freguesia, era o grupo de trabalho que reunia todas as forças políticas que não pretendia apenas a alteração de lugar, pretendia outras coisas que a Sra. Directora e a Sra. Chefe de Divisão se recusavam a fazer,

contra aquilo que até os políticos concordavam e defendiam, nomeadamente os Vereadores anteriores. Era isso que estava em causa. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pelo Sr. Presidente em exercício antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e a abstenção do PCP, BE e PEV. --

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e a abstenção do PCP, BE, PEV e um Deputado Municipal do PSD. -----

----- A **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE e PEV e votos contra do PS. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos a favor do PCP, BE e PEV e um Deputado Municipal do PSD, e abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 3, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos a favor do PCP, BE e PEV e abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PS, com votos contra do PSD, votos a favor do PS e CDS-PP e abstenções de PCP, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo BE, com votos a favor do PSD, PS, BE e CDS-PP votos contra de PCP e PEV, e abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- **A Deputada Municipal Lúcia Canha Fernandes (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Bloco de Esquerda gostaria de assinalar o facto desta Assembleia tomar posição sobre a questão relativamente à qual os anteriores Executivos se demonstraram incapazes de resolver, desde que em 1995/96 se iniciou o processo de debate sobre a reforma do IPO. -----

----- Sobre a questão levantada pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, devo dizer que não compreendo o nervosismo. Talvez tenha a ver com o processo de eleições para a Câmara. Como o Sr. Deputado Municipal deve ter a noção, o Bloco tem tomado coerentemente posição clara sobre processos de especulação imobiliária. Inclusivamente posso deixar-lhe claro que o Bloco será contra qualquer alteração do PDM que abra espaço a um processo de especulação imobiliária naquela zona. -----

----- O que não podemos fazer e não aceitamos é meter a cabeça na areia. Não podemos bloquear as possibilidades de resolução da situação do IPO e sobre isso até se pode achar que os profissionais e os utentes do IPO podem suportar a possibilidade de transformar o IPO em estaleiros de obras que se podem eternizar durante 10 anos.

Isso não será positivo para o bem-estar das pessoas que acorrem ao IPO, nem para os profissionais de saúde. -----

----- É por isso que somos a favor de propor alternativas com boas acessibilidades e Lisboa é o concelho que tem mais condições de fornecer essas boas acessibilidades e não deixar como única alternativa, que é neste momento o que está colocado, a saída do IPO de Lisboa. -----

----- Queremos, por isso, saudar esta aprovação”. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém Roseira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Gostaria de fazer uma declaração de voto em nome do PS, muito curta, muito concisa e muito incisa também. -----

----- A questão da renovação e da modernização das instalações do IPO é algo que já se vinha sentindo como necessário desde o fim dos anos 80, não começou em 95/96. Numa primeira fase considerou-se que essa alteração de instalações poderia verificar-se nas actuais instalações do IPO. Sucede que o aumento da taxa de incidência da doença, sobretudo em algumas áreas da doença que implicam uma alteração muito grande das instalações para garantir as condições indispensáveis para o tratamento dessas mesmas doenças, levou a que, face aos constrangimentos de construção naquela área, não só por causa das questões do Metro para efeito de pisos de estacionamento, como as limitações em altura por causa da linha do corredor aéreo, levaram a que já durante o meu mandato como Ministra da Saúde se abrisse um processo de tentativa de encontro de terrenos alternativos na Cidade de Lisboa, terrenos esses cujo encontro deveria ser feito com o Património do Estado, precisamente para evitar a especulação imobiliária. -----

----- Sucede que vários governos entretanto aconteceram, a questão não foi resolvida e o IPO tem-se mantido em instalações que necessitam de urgente substituição, razão pela qual eu própria, aqui na Assembleia Municipal, instei a Câmara no sentido de tentar encontrar alternativa. Falei, para além disso, particularmente com o então Presidente da Câmara de Lisboa, por considerar que, pelo prestígio do IPO, a cidade de Lisboa ganharia em encontrar terrenos que permitissem a sua localização. -----

----- É por essa razão que, apesar de haver já uma disponibilização de um concelho limítrofe, que o PS vota a favor desta moção, porque sendo possível encontrar localização alternativa na Cidade de Lisboa, penso que todos ficávamos a ganhar. É evidente que a nossa maior preocupação é não só o prestígio da Cidade, mas sobretudo as condições de acessibilidade aos doentes. É suposto que essa acessibilidade possa ser garantida com mais facilidade, encontrando-se uma localização que a permita aqui na Cidade de Lisboa. É esta a razão pela qual o PS aprovou esta moção”. -----

----- A Moção n.º 6, apresentada pelo BE, foi votada alínea por alínea, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar a alínea a), por maioria, com votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Aprovar as alíneas b) e c), por maioria, com votos a favor do PSD, PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV e abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a Recomendação n.º 1, apresentada pelo PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “Para saudar esta votação por unanimidade, que nos enche de alegria por várias razões, sobretudo porque em 2005 tivemos a coragem no programa eleitoral de termos sido o único partido que sugeriu lançar este tema para debater. -----

----- Saúdo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e a Presidente da Assembleia de Freguesia pela enorme abertura na inclusão desta ideia e em todo o processo democrático que se seguiu. -----

----- Dizer que foi com alguma amargura na boca, depois das intervenções da Sra. Presidente da Comissão Administrativa, que vejo esta votação por unanimidade, uma vez que nos é referida uma solução que nem sequer o ano passado foi tomada. No ano passado tomou-se o adiamento por um ano, de forma a poder incorporar-se todas as alterações, e vemos que, não tendo sido incorporada nenhuma alteração, somos presenteados com a penalização de termos mais três anos tudo na mesma, sendo que os argumentos referidos não foram os argumentos que foram discutidos. -----

----- Finalmente, de lamentar que um Executivo de Carnide, que é uma coligação PCP/PSD, nem sequer ganhe com isso em todo o debate que foi feito. Não vale a pena estar em coligação com o PSD se depois os Vereadores de um partido da coligação não aproveitam nada das vossas soluções”. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a Recomendação n.º 2, apresentada pelo PCP.-----

----- Findas as votações, o **Senhor Presidente em exercício** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão os seguintes pontos, sendo que o número um foi retirado pelos motivos já referidos: -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA, VISANDO:** -----

----- **Deliberar sobre a proposta n.º 1/AM/2006 apresentada pelo BE (distribuída em 30 de Novembro de 2006), conforme o previsto na al. C) do artº 12º do Regimento da AML, respeitante à Estrutura Ecológica Municipal, Plano Verde para a Cidade de Lisboa, nos respectivos termos;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 2 - Proposta 12/CA/2007;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 13/CA/2007;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 10/CA/2007;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA, VISANDO:** -----

----- **Deliberar sobre a proposta n.º 1/AM/2006 apresentada pelo BE (distribuída em 30 de Novembro de 2006), conforme o previsto na al. C) do artº 12º do**

Regimento da AML, respeitante à Estrutura Ecológica Municipal, Plano Verde para a Cidade de Lisboa, nos respectivos termos; -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que tinha tido o cuidado de conversar com a Presidente da Comissão do Ambiente e de facto a Comissão do Ambiente não tinha deliberado que não se discutisse hoje esse ponto da Ordem de Trabalhos, ao contrário do que fora informado na reunião de líderes. O que tinha deliberado era que a Comissão de Ambiente queria debater o Plano Verde, que tinha todo o direito e o BE estava de acordo com isso. O que estava para debater hoje não era nada disso, era solicitar à Câmara que os serviços mandassem os pareceres e que se elaborasse uma proposta para depois se poder debater. Era isso que a Comissão de Ambiente tinha debatido. ---
----- Como não era isso que tinha sido dito na reunião de líderes e presumindo que os líderes não teriam entendido isso, queria apresentar um requerimento, que passava a ler: -----

----- **REQUERIMENTO** -----

----- “Nos termos do Regimento vem o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda recorrer para o plenário da deliberação de ser retirado da Ordem de Trabalhos de hoje o ponto 1: “Deliberar sobre a proposta n.º 1/AM/2006 apresentada pelo BE (distribuída em 30 de Novembro de 2006), conforme o previsto na al. C) do artº 12º do Regimento da AML, respeitante à Estrutura Ecológica Municipal, Plano Verde para a Cidade de Lisboa, nos respectivos termos; -----

----- Grupo Municipal do BE.” -----

----- Disse que já tinha falado com vários Deputados Municipais e nenhum percebia porque é que não se devia pedir aos serviços que mandassem os estudos existentes, para se poder debater e, portanto, requeria ao Senhor Presidente em exercício, de acordo com o 1º parágrafo do artº. 58º, alínea d), que a votação do requerimento fosse feita por votação nominal, Deputado a Deputado. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** esclareceu que de acordo com o Regimento, “será por votação nominal apenas quando requerido por um dos grupos municipais e aceite expressamente pela Assembleia Municipal”. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a solicitação feita pelo BE, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artº 58º, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra de PSD, PS, PCP e CDS-PP, voto a favor de BE e abstenção do PEV. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício** disse que, de acordo com o resultado da votação feita, o requerimento seria votado de forma tradicional. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o requerimento apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra de PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV e votos a favor do BE. -----

----- (Neste momento abandonou a sala o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA N.º 12/CA/07 - APROVAR A ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS ÀS FESTAS DA CIDADE, SOLICITADA PELA EGEAC, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART.º 12.º**

DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO DA ALÍNEA E) DO N.º 2, DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 12/CA/07 -----

----- “Considerando que: -----

----- Através da Deliberação que recaiu sobre a Proposta n.º 580/2006, de 11 de Dezembro, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou os instrumentos de Gestão Previsional da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M. (doravante designada EGEAC) e, ao fazê-lo, o respectivo Plano de Actividades para 2007 que inclui o Programa das Festas da Cidade; -----

----- As Festas de Lisboa se revestem de interesse público municipal justificando-se, como tem sucedido ao longo dos anos, a isenção das taxas correspondentes à Licença Especial de Ruído e à Ocupação do Espaço Público, -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa mantém a plenitude dos seus poderes, devendo a Comissão Administrativa assegurar que lhe são submetidas as propostas necessárias ao exercício da respectiva competência. -----

----- Tenho a honra de propor que a Comissão Administrativa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, aprovar e submete à Assembleia Municipal de Lisboa, para que este órgão delibere: -----

----- 1. Estabelecer a isenção das taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 18º do artigo 24º, do Capítulo III – Ocupação da Via Pública, bem como no artigo 71º, do Capítulo X – Ambiente e Espaços Verdes, para além da isenção da taxa pela concessão da licença especial de ruído já prevista no artigo 68º (Observação 1ª), todos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, relativamente às actividades previstas no programa das Festas da Cidade apresentado pela EGEAC, em anexo ao documento daquela empresa municipal com a referência n.º PM FM 2060/07E.M, abrangendo as entidades nele referidos. -----

----- 2. Atribuir eficácia retroactiva à deliberação, com efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

----- **O Deputado Municipal Luís Monteiro (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, no uso da palavra, disse que o PS iria votar a favor das propostas 12 e 13 por achar que a isenção dessas taxas se devia verificar e não só durante o mês das festas da Cidade de Lisboa. Como Presidente de Junta, parecia-lhe que essas taxas eram castradoras e impeditivas do trabalho autárquico, que devia fazer parte importante num conjunto de actividades de proximidade às populações. O pagamento de taxas altíssimas impedia que se fizesse esse trabalho. -----

----- Devia-se ponderar em relação às taxas de ruído das Juntas de Freguesia, porque não era por uma Junta de Freguesia pagar uma taxa de ruído que iria fazer menos incómodo, ou que iria criar na população outro impacto. -----

----- O PS ficava satisfeito por a Comissão Administrativa vir colocar à Assembleia duas propostas que só beneficiavam as Festas da Cidade e a cidade no seu todo. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que quem tivesse actividades da Segunda Circular para lá sabia que a EGEAC não fazia um espectáculo havia muitos anos, era zero absoluto. -----

----- As Juntas não tinham responsabilidade de fazer espectáculos, mas achavam que deviam ir ao interesse das populações. Por exemplo, no Lumiar havia seis mil idosos e a Junta fazia um arraial popular que metia cerca de 500, pediam-lhe que pagasse 1.224 euros. -----

----- As Juntas este ano tinham recebido, quer da parte da Câmara, quer da parte do Governo, só no Lumiar eram menos de cerca de 80 mil euros. Continuavam a pagar taxas para actividades que eram feitas em benefício das populações. -----

----- Sabia que a proposta 13 se referia ao mês de Junho a favor das Juntas de Freguesia, mas as Juntas de Freguesia faziam no espaço público muito mais coisas do que no mês de Junho e substituíam-se nisso à EGEAC. Referia-se ao Lumiar, à Charneca, à Ameixoeira, a Carnide com certeza que também teria a mesma situação. -

----- Parecia-lhe que essa questão devia ser ponderada, relativamente às Juntas de Freguesia onde a EGEAC não tinha qualquer actuação. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que queria reforçar a intervenção do seu colega do Lumiar. Várias vezes tinham chamado a atenção para esse problema e isso provava mais uma vez a visão que o Executivo da Câmara dos últimos anos tinha das Juntas de Freguesia e das colectividades da Cidade. -----

----- Quando organizava, enquanto Junta de Freguesia, um arraial para idosos, quando organizava uma matiné de fados para a população, quando organizava uma prova desportiva na Freguesia, quando fazia o lançamento de um livro ao final do dia na Freguesia, a CML não só não apoiava, não só obrigava a ir buscar o palco às instalações, não só obrigava a ir buscar tudo porque não tinha dinheiro para fazer, como a seguir vinha pedir duzentos e tal euros à Junta de Freguesia como taxa de ruído pela iniciativa do lançamento de um livro. -----

----- Ficava contente por os Srs. Presidentes de Junta do PSD, finalmente, estarem também de acordo. Quando várias vezes foram alertados, não tinha ouvido os Presidentes do PSD falar disso. -----

----- Era um exemplo claro daquilo que os Senhores Vereadores que estiveram na Câmara durante os últimos anos pensavam das colectividades. Não só as Juntas de Freguesia, mas também as colectividades da Cidade, quando queriam fazer uma iniciativa e ser correctos tinham que pagar esses valores. -----

----- Quando a CML quisesse ir cobrar à Junta de Freguesia, todos os pedidos, que já iam em três mil e tal euros, estavam no caixote do lixo. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 12/CA/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade das forças políticas presentes. -----
----- (Não estavam presentes os Deputados Municipais do BE) -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA N.º 13/CA/07 – APROVAR A ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS À OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA E LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DURANTE O MÊS DE JUNHO, DEVIDAS POR COMERCIANTES, COLECTIVIDADES E OUTRAS ORGANIZAÇÕES POPULARES, NO ÂMBITO DOS FESTEJOS DOS SANTOS POPULARES, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART.º 12.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO DA ALÍNEA E) DO N.º 2, DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 13/CA/07 -----

----- “Considerando: -----

----- Que as Festas da Cidade de Lisboa no mês de Junho são uma marca indelével da vida cultural e social da Cidade, que marca a sua história e tradição; -----

----- Que a Cidade de Lisboa se desdobra em múltiplas manifestações populares organizadas individual ou colectivamente em Bairros, Freguesias, Colectividades, Ruas e Praças, que dão um colorido especial à Cidade e são hoje um pólo de elevado valor social e cultural; -----

----- A importância da vivência colectiva nesses espaços públicos que estas manifestações populares proporcionam, não só a todos os Lisboetas, mas a todos aqueles que visitam a nossa Cidade por essa ocasião; -----

----- Que os arraiais populares se assumem como a grande vertente popular das Festas de Lisboa, contribuindo para a sua animação, para reforçar os laços entre as diferentes comunidades e contrastando com a regular dinâmica de uma capital; -----

----- Que muitas das actividades desenvolvidas no âmbito das Festas dos Santos Populares se traduzem na ocupação temporária do espaço público, confinada ao mês de Junho, seja por Juntas de Freguesia, seja por comerciantes, seja por colectividades, outras organizações populares e mesmo pessoas singulares, com arraiais, retiros e outras iniciativas de marcada índole popular; -----

----- Que estas entidades organizadoras dos arraiais desempenham um papel determinante nestas festividades, sendo as grandes dinamizadoras desta relevante manifestação popular a que o Município de Lisboa se associa e apoia; -----

----- Que importa assim, face ao supra exposto, que o Município de Lisboa apoie e ajude a criar as condições para que se mantenham em toda a Cidade estas iniciativas populares, designadamente através da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública e pela concessão de licenças especiais de ruído, durante o mês de Junho; --

----- Que, de acordo com o disposto no artigo 10.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11

de Janeiro, e nos termos do Regulamento do Mobiliário Urbano e da Ocupação da Via Pública, publicado através do Edital n.º 101/91, de 16 de Abril, e ainda nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, constituem receitas do Município o produto da cobrança das taxas devidas pela ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal e pela concessão da licença especial de ruído; -----

----- Que a Assembleia Municipal de Lisboa mantém a plenitude dos seus poderes, devendo a Comissão Administrativa assegurar que lhe são submetidas as propostas necessárias ao exercício da respectiva competência, -----

----- Tenho a honra de propor que a Comissão Administrativa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, aprovar e submete à Assembleia Municipal de Lisboa, para que este órgão delibere: -----

----- 1. Estabelecer, durante o mês de Junho de 2007 e a favor das Juntas de freguesia de Lisboa, dos comerciantes, das colectividades e de outras organizações populares e mesmo de pessoas singulares, a isenção do pagamento das taxas municipais de ocupação temporária da via pública e pela concessão de licenças especiais de ruído, em virtude da realização de arraiais, retiros e outras iniciativas de marcada índole popular, no âmbito dos festejos dos Santos Populares. -----

----- 2. Atribuir eficácia retroactiva à deliberação, com efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar queria saudar o facto da proposta ter sido aprovada na Comissão Administrativa, embora já em anos anteriores se tivesse chamado à atenção que normalmente essas propostas eram aprovadas tardiamente. -----

----- Sabendo o Município que anualmente havias as Festas de Lisboa, deveria haver logo de imediato uma deliberação deste tipo e trazer com carácter de urgência à Assembleia Municipal, até à alteração eventual dessa situação, porque o que se estava a passar em termos dos comerciantes era o grande desagrado de que foram alvo na noite de Santo António, onde aqueles que quiseram cumprir com a Lei foram levantar as suas licenças, os que não cumpriram a Lei não as levantaram. A questão que se colocava agora, e gostava que a Comissão Administrativa pudesse dar alguma informação sobre isso, era que os comerciantes que tiveram um comportamento correcto para com as taxas da Câmara Municipal viam-se hoje prejudicados pelo facto desse pagamento. Na noite de Santo António andavam os serviços da Câmara a medir os espaços que os comerciantes tinham para depois irem cobrar mais uns euros, parecia que andavam a pedir um tostãozinho para o Santo António. -----

----- A próxima Câmara Municipal teria que ver uma situação com carácter de urgência, porque tinha havido uma proposta do PCP que não fora aceite e depois um

grupo do PSD tinha apresentado uma recomendação à Câmara Municipal a dizer que as taxas de ruído e de ocupação de via pública, desde o momento em que apoiadas pela Junta de Freguesia, poderiam ser isentas. Isso para alterar o Regulamento em vigor. -----

----- A questão que se colocava no imediato, e aí ficava o apelo ao próximo Executivo, era que se trabalhasse logo nessa área, até tendo em conta a unanimidade que havia dos Presidentes de Junta de Freguesia em relação a essa situação das iniciativas que se faziam. Se calhar, era bom numa altura destas, porque ninguém tinha ganho ainda e toda a gente estava em condições de mais friamente ver a injustiça em termos da Cidade, em termos do adormecimento da Cidade nessa situação, de não se dar condições às colectividades, às Junta de Freguesia e outras organizações com fins não lucrativos para poderem desenvolver a sua actividade. -----

----- Finalmente, reiterar também, como o Presidente da Junta do Lumiar tinha dito, a saudação às Festas de Lisboa que ainda se continuavam a realizar, saudar as Marchas de Lisboa como património da Cidade, independentemente de quem tinha ficado em primeiro ou último lugar, porque o que interessava principalmente era a participação e a festa na rua. -----

----- Deixava uma nota negativa, que tinha sido a participação extra na descida da Avenida dos grupos de samba do Brasil e de espanhóis. Estava atento para ver se no Carnaval do Rio de Janeiro convidavam a marcha vencedora a desfilar. Naturalmente que não. -----

----- Em termos da EGEAC havia condições para arranjar um espaço próprio onde essas intervenções pudessem ser feitas. A opinião que tinha, e depois ficara mais claro ainda na televisão, era que se tratava de eventos diferentes, o samba do Brasil e as Marchas Populares de Lisboa. Se calhar a intenção era piedosa, mas o que tinha dado era um grande descontentamento dos moradores da Cidade de Lisboa, porque não se podia misturar estilos musicais. Deixava apenas essa nota de desagrado, embora pudesse perceber que se calhar tinha sido um erro global, incluindo das colectividades que faziam as Marchas de Lisboa. Contudo, o que interessava era ressaltar o empenho e o brilho que as Marchas de Lisboa davam à cidade e que era preciso continuar a apoiar, essas colectividades e o movimento associativo. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que vinha falar em nome das pessoas do Bairro de Alfama, não os comerciantes, mas pessoas individualmente, que quiseram cumprir com aquilo que foram obrigadas a fazer, pagar a licença para ocuparem um espaço e poderem ter a sua banca de manjericos e outras actividades que davam vida ao bairro. No bairro passavam milhares de pessoas e se calhar tinham visto o descontentamento no dia da procissão, com a falta de critério com que os serviços da Câmara levaram as pessoas a pagar, por um lado licenças de ruído e de venda, por outro lado licenças de ocupação do espaço público. Isso não podia continuar. Já não sabia quantas vezes tinha colocado essa questão, desde que era eleita colocava sempre essas questões antes do Santo António, antes das festas. -----

----- Não era justo que a EGEAC isentasse o serviço a toda a gente que ocupava espaços e depois as outras pessoas, por exemplo os comerciantes, que pagavam as licenças anuais das esplanadas e chegavam ao dia de Santo António e ainda tinham que pagar muito mais porque andavam os serviços a medir espaços e a obrigá-los a pagar às vezes por coisas que não prestavam para nada. -----

----- A decisão tinha que ser tomada muito antes, para que não tivesse que ouvir novamente o Director do serviço dizer que era um critério. Ou seja, este ano não havia Câmara e o Director decidia que uns pagavam uma coisa e outros pagavam outra. Não era justo que pessoas pagassem mais de cem euros por um espaço pequenino e depois viessem propostas para aprovar a isenção da ocupação de espaços. -----

----- Se os Santos Populares eram uma festa popular, não era justo que continuasse aquela gente a pagar as licenças, sendo que muita dessa gente era nessa noite que arranjava um pouco mais de dinheiro para compensar as falhas durante o ano todo, porque a crise não era só no resto da Cidade e do País, em Alfama também se sofria muito e, portanto, essa decisão tinha que ser tomada muito antes. -----

----- Já agora, gostava de saber se as pessoas que pagaram iriam ser reembolsadas novamente. Se calhar não, mas era bom que isso servisse mais uma vez de exemplo. Não podia haver uma banca que era da EGEAC e não pagava nada e uma banca ao lado estava a pagar. Tinha que se decidir de outra maneira, não podia acontecer isso, tinham que ser todos iguais. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 13/CA/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade das forças políticas presentes. -----

----- (Não estavam presentes os Deputados Municipais do BE) -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 10/CA/2007 - APROVAR A ISENÇÃO DA GENERALIDADE DAS TAXAS MUNICIPAIS A FAVOR DA NEW SEVEN WONDERS PORTUGAL, SA, EVENTUALMENTE DEVIDAS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DA CERIMÓNIA OFICIAL DA DECLARAÇÃO DAS 7 MARAVILHAS DO MUNDO E DAS 7 MARAVILHAS DE PORTUGAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO Nº 2 DO ARTº 12º da LEI Nº. 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO DA ALÍNEA E) DO N.º 2, DO ART.º 53.º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 10/CA/2007 -----

----- Considerando que: -----

----- A Cidade de Lisboa irá acolher a Cerimónia Oficial de Declaração das Novas 7 Maravilhas do Mundo e das 7 Maravilhas de Portugal, a realizar no estádio do Sport Lisboa e Benfica no próximo dia 7 de Julho de 2007, no período compreendido entre as 20:30h e as 23:30h; -----

----- O referido evento servirá para anunciar ao Mundo a escolha das Novas 7 Maravilhas do Mundo, a partir da selecção de 21 finalistas por um painel de peritos internacional, fruto da primeira eleição global, via Internet, telefone e SMS; -----

----- Serão também anunciadas as escolhas dos portugueses que participam na eleição das 7 Maravilhas de Portugal, seleccionadas e votadas pelo processo supra referido; --

----- O evento conta com o apoio da Presidência da República, cuja sede, nesse dia, será o Estádio do Sport Lisboa e Benfica, e que pretende aproveitar a ocasião para o estabelecimento e o desenvolvimento de encontros bilaterais, atenta a Presidência da Comunidade por Portugal; -----

----- O evento conta ainda com a colaboração de diversos Ministérios (v.g., Negócios Estrangeiros, Cultura e Administração Interna) e com o apoio institucional do IPPAR, do Turismo de Portugal, do ICEP e da Associação de Turismo de Lisboa; -----

----- Este projecto é patrocinado pela EDP, pela Caixa Geral de Depósitos, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e pelo Supermercado Modelo, assegurando a parceria em média a TVI e a Controlinveste, da qual fazem também parte pequenos associados como a JCDecaux, Sapo, + Cinema, entre outros; -----

----- Foram convidados os Chefes de Estado dos 21 países finalistas, bem como as respectivas delegações, a que acrescem os convidados do Estado Português e representantes das organizações que cooperaram na elaboração deste grandioso projecto, a ONU e a UNESCO; -----

----- A cerimónia tem várias componentes artísticas e lúdicas e irá ser emitida em directo através da TVI, com transmissão directa para todo o Mundo, tornando-se a maior emissão televisiva de sempre a partir do nosso País; -----

----- Este evento se reveste de enorme interesse turístico, económico e social, quer para a Cidade de Lisboa quer para Portugal e, dada a campanha mediática que o Turismo de Portugal lançou desde o dia 6 de Junho para a divulgação deste evento a nível internacional, se prevê que o investimento realizado até à data seja a curto prazo largamente compensado; -----

A visibilidade e reconhecimento mundial que este evento encerra constituirá uma inegável mais valia para a Cidade de Lisboa, reconhecendo-se que se reveste de interesse municipal; -----

----- Neste enquadramento, propôs o Departamento de Desporto à Comissão Administrativa que o Município de Lisboa se constitua como entidade co-organizadora do referido evento, prestando à entidade organizadora, a New Seven Wonders Portugal, SA, os apoios solicitados e que se encontram discriminados no documento anexo à Informação n.º 52/DT/2007, parte integrante desta Proposta, -----

----- Importa assim, face ao supra exposto, que o Município de Lisboa apoie e ajude a criar as condições para a realização deste evento, designadamente através da isenção do pagamento de taxas municipais; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa mantém a plenitude dos seus poderes, devendo a Comissão Administrativa assegurar que lhe são submetidas as propostas necessárias ao exercício da respectiva competência, -----

----- Tenho a honra de propor que a Comissão Administrativa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea j) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e

republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro: -----

----- 1. Aprovar a isenção de preços municipais a favor da New Seven Wonders Portugal, SA, eventualmente devidos no âmbito da organização, produção e promoção da Cerimónia Oficial de Declaração das 7 Maravilhas do Mundo e das 7 Maravilhas de Portugal; -----

----- 2. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, para que este órgão delibere, a isenção da generalidade das taxas municipais a favor da New Seven Wonders Portugal, SA, eventualmente devidas no âmbito da organização, produção e promoção da Cerimónia Oficial de Declaração das 7 Maravilhas do Mundo e das 7 Maravilhas de Portugal.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP tinha as maiores reservas em relação a isenção de taxas nesse tipo de iniciativas e esta configurava-se mais como uma operação de propaganda, com grandes apoios de diversas entidades, como a Electricidade de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos, a Santa Casa da Misericórdia, Supermercado Modelo, TVI e Controlinvest, JC Decaux, etc., quer dizer, havia uma quantidade enorme de entidades a favorecer esse tipo de iniciativas que se configuravam mais como operações de propaganda do que iniciativas de defesa e projecção do património. Não eram educativas, não eram sensibilizadoras das pessoas para a valia desse património, eram iniciativas que a Câmara favorecia e que tinham resultados confusos, até com características inquietantes de alienação colectiva. -----

----- Nesse sentido, o PCP iria obviamente votar contra, mas gostava de levantar duas questões: -----

----- A primeira tinha a ver com o anúncio de um protocolo que estaria anexo à proposta. Não conhecia esse protocolo, nem estavam os apoios solicitados discriminados no documento anexo. -----

----- Um outro problema que parecia crucial e que a Comissão Administrativa teria que esclarecer, se efectivamente tinha chegado o parecer prévio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, em que a jurista que assinava o parecer, Isabel Elias, recomendava que a Comissão Administrativa, para poder proceder a este acto, teria que pedir esse parecer. -----

----- Era bom que a Comissão Administrativa esclarecesse esses aspectos, mas ficava a maior reserva e o voto contra do Grupo Municipal do PCP em relação a esse tipo de isenções ruinosas para a Cidade numa fase tão terrível do ponto de vista financeiro de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que relativamente à cerimónia oficial de declaração das sete novas maravilhas do mundo, tendo em conta o interesse cultural e turístico de que tal iniciativa se revestia e a visibilidade que certamente conferiria à Cidade, o PS votaria favoravelmente essa isenção de taxas. -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa**, no uso da palavra, disse que queria dar alguns esclarecimentos em relação a questões que tinham sido colocadas. -----

----- Sobre a matéria que tinha sido perguntada de futuras alterações ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, era um trabalho que estava em curso e a Comissão Administrativa não tinha competência para fazer qualquer tipo de alteração ao Regulamento, mas transmitiria aos serviços e no âmbito da transferência de pastas para o próximo Executivo não deixariam de transmitir a preocupação da Assembleia Municipal. -----

----- Como os Srs. Deputados Municipais tiveram oportunidade de ver, ambas as propostas previam a retroacção de efeitos a 1 de Junho, por forma a abranger todo o período das Festas da Cidade. Todas as taxas devidas durante esse período estavam abrangidas pela isenção municipal. -----

----- Apresentavam-se duas propostas exactamente porque a EGEAC não cobria a Cidade toda e grande parte dos festejos desenvolvia-se à margem da EGEAC, nas colectividades, nas Juntas de Freguesia e até nos particulares e nos comerciantes. -----

----- Quanto à proposta sobre as sete maravilhas do mundo, tratava-se de um evento que, no entender da Comissão Administrativa, se revestia da maior importância para a Cidade de Lisboa. Se era verdade que hoje as cidades se afirmavam pelas festas da cidade, afirmavam-se também pela divulgação que delas era feita a nível mundial. Esta era uma iniciativa credível, que gozava do apoio de todas as entidades públicas do País, desde o Governo à Direcção Geral de Turismo. Previa-se a transmissão para 100 milhões de telespectadores de imagens da Cidade de Lisboa, sendo inclusivamente preparado um filme de um minuto para ser transmitido especificamente sobre a Cidade de Lisboa. -----

----- Era um evento que, do ponto de vista turístico e cultural, faria todo o sentido a CML aparecer também como patrocinador. Face às dificuldades financeiras que eram de todos conhecidas, não era possível fazer outro tipo de apoio que não fosse a isenção de taxas e estava-se a falar de uma isenção muito restrita, na medida em que o evento não decorria em terrenos municipais e sim particulares. Estava-se a falar essencialmente da isenção da taxa de ruído e das licenças devidas pela utilização de baias e pendões. Considerava-se que era a participação adequada da Câmara de Lisboa no apoio a um evento que permitiria projectar a Cidade e o País para mais de 100 milhões de telespectadores no mundo inteiro. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Sra. Presidente da Comissão Administrativa não tinha respondido a uma das questões, que era o Parecer da Comissão de Coordenação Regional, que a jurista entendia que era obrigatório, dadas as condições de funcionamento da Comissão Administrativa. -----

----- Já se via que a Assembleia iria aprovar, mas era assim que se continuava a castigar a Cidade, com prejuízos bastante pesados, numa linha de dificuldades para as colectividades e para as Juntas de Freguesia. O Eng.º Carmona Rodrigues vinha com um gabinete para as colectividades, para resolver os problemas das colectividades,

mas esses problemas agravaram-se, enquanto que a outras situações, que beneficiavam de apoios milionários e tinham apoios milionários por trás, a Câmara abria os cordões à bolsa e facilitava a vida das grandes instituições, das grandes empresas. -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa** disse que, com todo o respeito que tinha pelas opiniões do Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro, parecia-lhe que hoje, em que havia três propostas e uma delas era para isentar colectividades, parecia-lhe um pouco desfasada a sua intervenção. Poderia fazer sentido noutra altura, hoje trazia-se uma isenção para as colectividades e para todas as entidades locais, à semelhança do que se fazia para esta organização. -----

----- Tão importante para a cidade era o festejo das colectividades, como era a divulgação da Cidade, que trazia turismo, receitas e desenvolvimento económico. Isso também era muito importante para as colectividades. -----

----- Relativamente ao parecer da CCDR, de facto não o tinha referido porque, por ser jurista, parecia-lhe óbvio que essa referência era desnecessária e isso por uma razão, porque estava previsto na Lei o parecer da CCDR quando caíam em simultâneo a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Nesse caso a Câmara Municipal não teria competência só por si para aprovar a isenção de taxas e teria que as submeter à CCDR. Como a Assembleia Municipal não tinha caído, havendo aprovação da Assembleia Municipal não havia lugar à aprovação da CCDR, porque o órgão de jurisdição e de fiscalização era a Assembleia Municipal e não a CCDR. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 10/CA/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PS, votos contra de PCP e PEV e abstenção do CDS-PP. -----

----- (Não estavam presentes os Deputados Municipais do BE) -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 18 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----